

AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL (PCPR) EM SERGIPE

Ana Cristina Santos Macêdo
Magaly Nunes de Góis
Marcelo Geovane da Cruz
Mayra Mendonça Moraes



COMO TRANSFORMAR MICROCRÉDITO EM “PORTA DE SAÍDA” PARA OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA – LIMITES E AJUSTES NECESSÁRIOS

Carlos Corrêa Leite
Eliseu Lira Corrêa



COMO TRANSFORMAR MICROCRÉDITO EM “PORTA DE SAÍDA” PARA OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA – LIMITES E AJUSTES NECESSÁRIOS

Carlos Corrêa Leite
Eliseu Lira Corrêa

RESUMO

Os programas de microcrédito ganharam importância nas agendas dos governos, nas três esferas, como importante instrumento de combate à pobreza ao mesmo tempo em que ampliou as possibilidades de consumo para as camadas mais pobres da população. A oferta de crédito produtivo de baixo valor destinados aos mais pobres parece ganhar consistência, massificação e perenidade e ser instrumento para a emancipação de parcela importante de beneficiários dos programas de transferências de renda. O trabalho sugerido é discutir o modelo atual e propor ajustes para que o microcrédito alcance os beneficiários dos programas de transferência de rendas.



APRESENTAÇÃO

A Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam é uma instituição pública do governo do Estado de São Paulo criada pela Lei 902, de 18 de dezembro de 1975, e vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Sua missão é capacitar os municípios e aperfeiçoar as Administrações Municipais, criando e transferindo técnicas e práticas administrativas inovadoras, bem como subsidiando a implementação das políticas públicas descentralizadas.

Nesses 43 anos de existência, o Cepam tem desenvolvido projetos voltados à integração e execução de políticas públicas voltadas aos municípios, auxiliando os gestores face aos novos desafios decorrentes das diretrizes de descentralização e participação, que têm norteado as ações dos demais entes federados. Considerando a necessidade de fortalecer a integração entre o programa de microcrédito do governo do Estado, representado pelo Banco do Povo Paulista, e as políticas municipais de geração e manutenção de renda, bem como de melhorar o sistema de concessão de crédito, o Cepam atuou em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert) na prestação de assessoria técnica, consultoria, e capacitação de sua equipe técnica, elaborando estudos e pesquisas sobre o Banco do Povo Paulista. Este texto tem como fundamento os estudos e pesquisas realizados no âmbito dessa assessoria técnica.



INTRODUÇÃO

As condições econômicas e sociais do País mudaram radicalmente a partir dos anos 1990, quando surgiu a maioria das instituições que trabalham com microfinanças e microcrédito. Desde então, o País passa por intenso processo de desenvolvimento econômico e social; surgiram novas formas organizacionais, públicas e privadas, ao mesmo tempo em que novas políticas sociais foram desenvolvidas para garantir acesso a direitos sociais básicos – cujos resultados são bastante positivos.

Nesse período, a oferta de serviços de microfinanças ganhou relevância na agenda das organizações financeiras públicas e privadas, ao mesmo tempo em que se consolidava como política de desenvolvimento local, de inclusão social e de combate à pobreza. Os conceitos de microfinanças e de microcrédito inserem-se num contexto social de serviços financeiros destinados a um público caracterizado pela baixa renda, pelo tamanho da atividade que desenvolve (pequeno) e pela relação distanciada com o sistema financeiro.

No entanto, mesmo o conceito de microcrédito ganha interpretação variada entre os diversos autores, e alguns o caracterizam como “crédito oferecido às pessoas de baixa renda para investimentos em atividades produtivas” (NICTER, GOLDMARK e FIORI, 2002, e HOLLIS e SWEETMAN, 1998). No entanto, para Monzoni (2006), microcrédito é um conjunto de serviços de crédito sem a discriminação da sua finalidade. Um exemplo da aplicação desse conceito foi o que orientou a criação do Banco Popular do Brasil. Esse mesmo autor enfatiza que, mais recentemente, se convencionou dividir o termo microcrédito em três categorias: **a) microcrédito**: aqueles serviços financeiros em que os tomadores têm liberdade para utilizar os recursos da forma como queiram, inclusive para investimento em atividades produtivas de pequeno porte; **b) microcrédito produtivo**: destinado exclusivamente ao financiamento de atividades produtivas, cujos limites são estabelecidos pelas próprias instituições financiadoras; e **c) microcrédito produtivo orientado**: caracterizado pela figura do agente de crédito como mediador entre a instituição de microfinanças e o tomador do crédito (MONZONI, 2006).



Esta última modalidade foi utilizada pelo governo federal ao criar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e pelo governo do Estado de São Paulo, na elaboração de seu programa de microcrédito. Na evolução do microcrédito, o governo federal definiu o marco regulatório e delimitou o formato e a forma da atuação de instituições nesse segmento.

O ALCANCE DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

Tratar do alcance do microcrédito no Brasil não é possível sem considerar a demanda existente. Entretanto, dimensionar a demanda em um País com tantas diferenças econômicas, sociais e culturais não é algo fácil. Isso talvez explique a inexistência de estudos mais aprofundados sobre o tema, recorrendo-se invariavelmente ao cruzamento de dados produzidos para outros fins. No caso do microcrédito, as ponderações sobre a potencial demanda têm origem na pesquisa sobre Economia Informal Urbana (Ecinf), produzida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A pesquisa Ecinf mais recente data de 2003 e é nela que o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se baseia para estimar a demanda por microcrédito no Brasil. Para isso, o PDI adota a metodologia elaborada por Robert Peck Christen para o *Consultative Group to Assist the Poorest*, na qual define o total de demanda considerando o número total de microempreendedores, sendo que destes, apenas 50% demanda por crédito. Usando esses critérios, o PDI concluiu que existe um universo de 8,2 milhões de potenciais tomadores de microcrédito no Brasil,¹ distribuídos regionalmente da seguinte forma:

¹ Alves, Sérgio Darcy da Silva e Soares, Marques Marden – Microfinanças: Democratização do Crédito no Brasil e a Atuação do Banco Central, 3ª edição, 2006.



Região	Nº de Empreendimentos (em milhões)	Demanda Potencial p/ Microcrédito (em milhões)
Nordeste	5,3	2,65
Sudeste	6,4	3,2
Sul	2,7	1,35
Centro-Oeste	1,0	0,5
Norte	1,0	0,5
Total	16,4	8,2

Quadro 1 – Mercado Potencial de Microcrédito no Brasil

Embora disponha de um número razoável de instituições que operam o microcrédito, o Brasil ainda tem dificuldades de gerar aquilo que Nichter, Goldmark e Fiori (2002) chamam de “efeito demonstração”, isto é, reunir um conjunto de elementos de convencimento sobre a oportunidade de massificação do sistema e os eventuais benefícios da sua utilização, seja para os agentes públicos, privados ou para os potenciais tomadores de crédito.

A rigor, além daqueles programas desenvolvidos e executados pelos governos federal, estaduais e municipais, poucos têm capacidade de atuar em maior escala. Esse é o caso do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Pernambuco (Ceape-PE), uma das unidades mais eficientes da Rede Ceape, que consegue alcançar apenas 66 cidades do Estado por meio de seus 13 pontos de atendimento. Dessa forma, desde a sua criação em 1992 o Ceape-PE realizou 163.875 operações de crédito, o que resulta em 9.639 empréstimos por ano. Quadro um pouco melhor é apresentado pelo Ceape-MA, que acumulou, ao longo de 20 anos, 641.544 operações, concedendo 32 mil empréstimos por ano.

Fora da Rede Ceape, o quadro não é mais animador. Já em ação há mais de 13 anos, a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, de Porto Alegre, realizou 112.284 empréstimos, alcançando pouco mais de 8.600 contratos por ano, ou 720 contratos por mês. O Banco da Mulher, a instituição mais antiga a operar com microcrédito no Brasil, concedeu apenas 45 mil créditos ao longo da sua existência aos empreendedores do Rio de Janeiro. Grosso modo, esse número representa uma média de 1.666 operações por ano, ou algo próximo a 139 ao mês.



Como se pode ver, até a primeira metade da década de 1990, a disseminação do microcrédito como instrumento de desenvolvimento local e de inclusão social, via geração de trabalho e renda, ficou restrita aos limites operacionais e financeiros das instituições que operavam com recursos próprios ou oriundos de instituições de apoio, em geral sediadas em outros países. Dentre essas organizações internacionais, algumas tiveram papel importante no avanço das instituições brasileiras. É o caso da Acción Internacional, a mais antiga a atuar no Brasil, da GTZ alemã, da Women's World Banking e da Visão Mundial.

Até aquele momento o sistema de microcrédito brasileiro não havia recebido nenhum tipo de apoio do Poder Público, com exceções do Instituto Comunitário de Crédito – Portosol de Porto Alegre – que obteve suporte do Poder Público municipal e da Fundação Interamericana – e o Projeto UNO em Pernambuco, que recebeu apoio para uma ação específica (o Projeto PoloNordeste) por intermédio de uma parceria entre o governo brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Esse quadro somente começou a mudar em 1997, quando o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) criou o CrediAmigo, programa de microcrédito que alcança os nove Estados do Nordeste mais o norte de Minas e do Espírito Santo, áreas de atuação da instituição. Utilizando metodologias inovadoras e a vasta rede física do BNB, o CrediAmigo alcançou rapidamente enorme aceitação, levando a região Nordeste a atingir os melhores índices na taxa de penetração do microcrédito no País (4,6%) bem acima da média nacional, que é 2,0%. De fato, o programa do BNB oferta sozinho mais microcrédito do que todas as outras instituições brasileiras juntas. Desde a sua criação em 1997 até outubro de 2009, o CrediAmigo realizou 5,7 milhões de operações de crédito.

Se a oferta de microcrédito na região Nordeste foi equalizada com a criação do CrediAmigo, no Sudeste a situação é bem diferente. Apesar de possuir o maior número de instituições que atuam no setor (50), a região não ultrapassa 0,6% de taxa de penetração, bem inferior, portanto, que a média nacional e distante das regiões Centro-Oeste (2,0%) e Sul (1,1%), sendo maior apenas que a região Norte (0,1%). Veja no Quadro 3 a taxa de penetração do microcrédito no Brasil, por região, em %.



Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Norte	Brasil
4,6	2,0	1,1	0,6	0,1	2,0

Quadro 2 – Taxa de Penetração no Brasil

No geral, esses índices são alcançados em função da atuação de programas governamentais – os chamados bancos do povo – e organizações privadas que atuam com recursos próprios ou captados pelas linhas de crédito oficiais, principalmente com o BNDES que concede crédito para essas instituições operarem microcrédito com recursos do PNMPO.²

CLIENTELA POTENCIAL NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em 2005, o Unibanco avaliou o potencial de mercado em 14 milhões de clientes, dos quais apenas 2% estavam sendo atendidos por instituições de microcrédito produtivo³. Em 2007, a demanda potencial avaliada pelo Banco Itaú era de 3,5 milhões de pequenos empreendimentos e 12% dessa demanda potencial estava sendo atendida⁴. O Banco Central, por sua vez, avaliou que apenas 9% da demanda estava sendo atendida⁵. A diferença nas avaliações do tamanho do mercado varia conforme o público elegível ao microcrédito pelas instituições financeiras. No entanto, qualquer que seja a estimativa – 2%, 9% ou 12% – a demanda efetivamente atendida é muito baixa.

O Cepam, com o apoio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) realizou estudo para calcular o número total de clientes potenciais de microcrédito produtivo no Estado de São Paulo. O estudo revela que essa clientela é constituída por trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados, alcançando a cifra de mais de 2 milhões de clientes potenciais, no

² Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, até o final do primeiro semestre de 2009, o PNMPO já havia movimentado R\$ 4,8 bilhões em 4,1 milhões de operações de crédito.

³ Fonte: Disponível em: <www.unibanco.com.br>

⁴ Fonte: Reportagem: Microcrédito só atende a 12% da demanda, diz Itaú. Jornal Valor Econômico, 15 jul. 2007.

⁵ Fonte: Palestra: Microcrédito, Cooperativismo e Inclusão Social. Banco Central e Universidade de Brasília: 21 set. 2007.



Estado de São Paulo. Considerando o tamanho da demanda por microcrédito no Estado, os Municípios de São Paulo, Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo, Campinas, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto concentram a maior parte da demanda. A pesquisa indica que uma quantidade relativamente baixa de microempreendedores potenciais aparece no leste do Estado, na divisa com o Rio de Janeiro, e no oeste, particularmente no extremo noroeste do Estado. Por outro lado, municípios do litoral apresentam economias mais dependentes do microcrédito, talvez em função da atividade de turismo ser realizada por microempreendimentos.

O ATENDIMENTO À DEMANDA POR MICROCRÉDITO NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo existem poucas instituições de microcrédito produtivo em operação. Dentre elas, há apenas uma de caráter estadual, o Banco do Povo Paulista; e uma de caráter regional, o Banco do Povo de Crédito Solidário, antigo Banco do Povo de Santo André. As outras cinco instituições têm operações localizadas, ou em comunidades específicas, são os casos do Real Microcrédito e Unibanco/Itaú MicroInvest; ou atuam em municípios específicos, como a São Paulo Confia, no Município de São Paulo, Banco do Empreendedor Joseense (BEJ), em São José dos Campos e Banco Popular da Mulher, em Campinas.

Pelo fato de concentrar parcela significativa do mercado potencial de microcrédito produtivo do Brasil e dispor de um programa de abrangência estadual, o Estado de São Paulo consegue atingir uma taxa de penetração bem acima da média nacional e também acima da média da região Nordeste, a maior entre as regiões brasileiras.

Enquanto no Estado se consegue atingir 9,6% (Cepam/Fipe, 2007) do mercado potencial para o microcrédito, a média nacional alcança 2% e a média na região Nordeste chega a 4,6% (NICTER, GOLDMARK e FIORI, 2002). O Banco do Povo Paulista detém 57,9% do mercado atendido e a São Paulo Confia responde por 33,5%, enquanto que as demais organizações alcançam 8,6% desse mercado.



Além dessas, outras instituições que atuam no Estado constituíram-se a partir de legislação específica. É o caso das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCM), da Cooperativa de Pequenos Empresários, microempresários ou microempreendedores (natureza industrial, comercial e de prestação de serviços), incluídos os da área rural e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), regidas pelas Leis 10.194/2001 e 9.790/1999, respectivamente. Entretanto, algumas não se adequaram às normas citadas e continuam operando como Organizações Não Governamentais (ONGs) e, por isso, não são fiscalizadas pelo Banco Central.

O governo do Estado de São Paulo opera o microcrédito produtivo por intermédio do Banco do Povo Paulista, criado, em 1997, pelo então governador Mário Covas. O banco funciona desde 1998, e está vinculado à Sert. A estrutura do Banco do Povo Paulista possui um Grupo Executivo de Crédito responsável pelo seu gerenciamento, bem como das unidades de crédito municipais e regionais. Trabalha em parceria (convênio) com as prefeituras dos municípios. A prefeitura arca com as despesas de infraestrutura e pagamento dos agentes de crédito.

É formado um fundo municipal, ao qual o Estado e o município fornecem os recursos financeiros: 90 % dos recursos aplicados nos empréstimos nos municípios são do Estado e 10 % do município. Desde sua criação, o Banco do Povo Paulista já emprestou mais de R\$ 748,6 milhões, para 236 mil microempreendedores. Atualmente, possui 463 unidades de crédito municipais e 558 agentes de crédito.

DESAFIOS PARA A MASSIFICAÇÃO DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

Entre as dificuldades enfrentadas pelo microcrédito, talvez a mais emblemática seja aquela relacionada à baixa penetração no mercado potencial brasileiro. Essa constatação é traduzida pelo número de operações apresentadas pelos sistemas. Com efeito, estima-se em quase 10 milhões o total de clientes potenciais no mercado brasileiro, mas as instituições que atuam com microcrédito não conseguem alcançar mais do que 2% deles. O maior programa de microcrédito do País alcançou 627 mil microempreendedores, até julho de 2010.



Entretanto, não basta apenas acompanhar o aumento da oferta de crédito ocorrido nos últimos anos na economia brasileira, cuja lógica tem forte influência bancária, para que o microcrédito alcance os segmentos e as pessoas que realmente necessitam de recursos, em condições adequadas, para viabilizar suas atividades produtivas. Talvez, entre as pessoas com baixa renda, o crédito para consumo tenha mais espaço para crescer entre os segmentos com renda maior, uma vez que os mais pobres têm que conviver com toda sorte de dificuldades.

Os limites de alcance do microcrédito no Brasil resultam da preocupação que as instituições têm em relação à qualidade da carteira, sob o ponto de vista da sustentabilidade, nos casos de instituições públicas e Oscips, e de lucratividade, nos casos daquelas vinculadas ao sistema financeiro. Estas, embora tenham clareza de que a operacionalização da oferta de microcrédito obedece a princípios diversos daqueles seguidos pelo sistema financeiro tradicional, atuam com os mesmos critérios e controles deste.

As instituições concentram suas análises no perfil do indivíduo que solicita o crédito a partir do seu histórico de crédito, da sua renda familiar e do grau de comprometimento da renda em face do crédito solicitado, ignorando o potencial de geração de valores a serem produzidos pelo incremento do crédito adquirido na atividade produtiva que ele desenvolve. Isto é, se o crédito solicitado destina-se à geração de valor a partir do incremento na produção de algum bem ou serviço, a análise da capacidade de pagamento do tomador deveria levar isso em consideração.

Se o crédito solicitado destinar-se a aumentar a produção em mil camisetas ao mês na pequena confecção de um microempreendedor, o correto é que a sua análise de crédito seja feita a partir do incremento da renda auferida pela comercialização das camisetas.

A constatação da utilização da lógica bancária nos procedimentos de análise e concessão de microcrédito pode ser feita a partir do seguinte: todas recorrem ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e Centralizadora dos Serviços Bancários S.A. (Serasa) e, constatada a inscrição dos solicitantes em um dos registros, o crédito solicitado é prontamente negado.⁶

⁶ Apenas a instituição de microcrédito São Paulo Confia, na formação dos grupos de aval solidário, aceita que metade dos integrantes possua algum tipo de restrição cadastral.



Além disso, as instituições que operacionalizam o microcrédito não estão preparadas para orientar os microempreendedores após a concessão do crédito, ainda que afirmem reconhecer as precariedades gerenciais e administrativas dos microempreendedores financiados.⁷

As razões para isso concentram-se em algumas variáveis: uma delas é o custo de oferecer esse tipo de serviço ao tomador, uma vez que a operacionalização da concessão propriamente dita já carrega em si um custo muito elevado. Outra sustenta-se no despreparo dos agentes de crédito para realizarem a tarefa de assessorar os microempreendedores, cuja relação que se estabeleceria entre ambos poderia criar “embaraços” caso o empreendimento tivesse problemas de sustentabilidade.

Manejar de forma adequada a operacionalização da oferta de microcrédito não é tarefa simples. O microcrédito não é apenas o ato de emprestar dinheiro para um determinado fim. A concessão do microcrédito deve resultar em ganhos potenciais maiores do que aqueles auferidos pelos empréstimos convencionais (manutenção ou geração de postos de trabalho, melhoria na economia local, aumento da renda familiar). No entanto, o êxito dos empreendimentos financiados não depende apenas do crédito. Existem outras condições que contribuem para a viabilidade ou não da atividade desenvolvida.

O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA PARA OS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Programa Bolsa Família é a maior ação de transferência de renda promovida pelo Poder Público no Brasil. São 12,4 milhões de famílias atendidas, o que abarca mais de 52 milhões de pessoas. Desse total, 26 milhões são crianças e jovens menores de 17 anos. As demais são passíveis de ações que as levem à desvinculação e a uma agenda econômica autônoma em relação ao programa. É natural que uma mesma opção não se aplique a todos. Do mesmo modo, não é razoável desprezar qualquer alternativa que se mostre possível, mesmo que alcance apenas parte dos beneficiários.

⁷ Para mais detalhes ver: Os Desafios do Microcrédito Produtivo na Visão das Instituições e seus Operadores, edição Cepam 2010.



O empreendedorismo e o autoemprego são oportunidades oferecidas aos beneficiários do Programa Bolsa Família, ou de qualquer outro programa de transferência de renda, visando a sua inclusão no mercado de trabalho como trabalhador por conta própria e não como empregado. As características dos beneficiários desses programas lhes impõem algumas limitações de acesso ao mercado de trabalho na condição de empregado cujas dificuldades para superá-las vão além de apenas oferecer emprego, mas de promover a sua capacitação para assumir os novos conteúdos ocupacionais que lhe são oferecidos e segurança para buscar ocupação que lhe ofereça renda suficiente para sustentar a si e sua família.

Segundo a última pesquisa Global Entrepreneurship Monitor⁸ (GEM) realizada em 2010, que trata do ambiente empreendedor no Brasil, a taxa de atividade empreendedora entre os brasileiros alcança 17,5. Se for levada em conta apenas a população adulta (cerca de 120 milhões), 21 milhões de brasileiros e brasileiras desenvolvem alguma atividade por conta própria. Se isso for ampliado para o universo dos brasileiros beneficiários do Bolsa Família, estima-se em 4,5 milhões de potenciais empreendedores no âmbito do programa.

Se optar-se por adotar algum critério para recorte desse universo e esse critério for baseado nas constatações da pesquisa GEM, o ideal seria a utilização do que divide os empreendedores entre aqueles que empreendem “por necessidade” e os que o fazem “por oportunidade”. Os “que empreendem por oportunidade” trazem mais benefícios ao conjunto da sociedade, uma vez que as condições enfrentadas na consolidação dos seus empreendimentos são melhores, sob todos os aspectos. A pesquisa GEM 2010 constatou que para cada 1 “empreendedor por necessidade”, existem 2,1 “empreendedores por oportunidade”.

Considerando o critério GEM, grande parte dos 4,5 milhões de potenciais empreendedores entre os beneficiários do Bolsa Família empreenderiam “por necessidade”, uma vez que as condições objetivas em que se encontram lhes impõem limitações para que empreendam “por oportunidade” (baixa escolaridade, dificuldade de acesso à informações, falta de crédito, ausência de política de apoio, etc.).

⁸ A pesquisa é realizada anualmente em 50 países e tem como objetivo aferir as condições para o empreendedorismo em cada um deles e o nível empreendedor dos seus habitantes.



No entanto, essas condições não os fazem menos empreendedores do que os demais trabalhadores brasileiros, apenas aumentam as dificuldades que terão para a consolidação dos seus empreendimentos – o que exigirá estratégias de apoio mais amplas e de custos mais elevados.

ALTERNATIVA PARA IMPLEMENTAR A ATUAÇÃO EM MICROCRÉDITO PRODUTIVO

O microcrédito não pode ser a única estratégia para a inclusão produtiva de beneficiários dos programas de transferência de renda. Programas de microcrédito devem também reunir um conjunto de elementos de apoio (assessoria técnico-gerencial, tecnológica, organizacional, etc.) adequados ao perfil dos beneficiários – cuidando-se para não cair no tecnicismo e em metodologias elaboradas para públicos com mais poder aquisitivo, escolaridade e acesso ao conhecimento e à informação.

Além disso, a oferta de microcrédito produtivo deve estar disponibilizada no tempo, no espaço e em condições adequadas às necessidades de seus tomadores. Isso significa deslocar para as regiões mais pobres estruturas operacionais que deem conta de atender as demandas que surgirem – com exceção da área atendida pelo BNB, esse é um desafio ainda a ser superado pelas demais regiões. As estruturas de apoio pós-crédito devem fazer o mesmo.

Isso significar a formatação de um modelo institucional que privilegie a articulação e a atuação em rede, por meio da constituição de parcerias com instituições – públicas e privadas – que atuem com microcrédito e no apoio técnico-gerencial a microempreendimentos de base local. Isto é, deve-se promover a articulação de ampla rede de instituições – e mesmo de pessoas – que tenham atuação local, municipal, regional, estadual e nacional, cabendo a estas últimas papel mais gerencial das ações. Dessa forma, a ação local será monitorada pelas instituições municipais; as ações municipais pelas instituições de alcance regional; as ações regionais pelas de alcance estadual e estas pelas instituições de âmbito nacional.



É no sentido de orientar as estratégias das instituições que intermedeiam a transferência de renda, a fim de colocar o microcrédito como alternativa real de inclusão produtiva dos beneficiários, que se inserem as considerações a seguir apresentadas:

AMPLIAÇÃO DA CAPILARIDADE DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO

No modelo proposto, os municípios assumem o papel de estruturar e pôr em prática um sistema de microcrédito municipal, aumentando a sua capilaridade. Para tanto, poderão definir critérios que considerem mais apropriados às suas realidades, desde que respeitem as macro-orientações em relação aos setores produtivos a serem priorizados e aos limites das taxas de juros a serem praticadas e encaminhadas pela coordenação da política. Isso significa a eliminação da padronização operacional e a possibilidade de ajustes e de adoção de procedimentos específicos, além de transferir para a esfera municipal o acompanhamento e o controle necessário. Nesse formato, seria constituído um fundo municipal de microcrédito, com recursos dos três entes federados, para a realização dos empréstimos. A gestão seria municipal, mas compartilhada com a União e com o governo do Estado.

Com isso, o município teria autonomia para realizar as parcerias que julgasse adequadas ao êxito das ações, seguindo as orientações emanadas da coordenação do programa. Nos municípios onde não existissem agentes operadores de microcrédito, ou instituição de apoio técnico-gerencial, poderiam ser buscadas parcerias com organizações regionais, que atuariam sob as orientações das políticas locais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, seria facultada aos municípios a possibilidade de criarem instituições de microcrédito (o seu banco do povo).

Operado dentro da lógica do desenvolvimento local/municipal, as Administrações poderiam criar instrumentos de apoio à comercialização dos produtos e serviços produzidos pelos empreendimentos fomentados, do mesmo modo como já ocorre com a produção dos agricultores familiares destinada à merenda escolar.⁹

⁹ De acordo com a Lei nº 11.947/2009, no mínimo 30% dos recursos destinados à merenda escolar devem ser gastos com aquisição de produtos da agricultura familiar.



ATUAÇÃO EM REDE COM INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO

A adoção do modelo proposto neste documento resultará no fortalecimento das instituições de microcrédito de base local e na ampliação do sistema como um todo, uma vez que as instituições poderão operar com o mercado potencial, tratando públicos diferentes de forma peculiar – o que resultaria na equalização dos seus custos operacionais. Ao afinal, teríamos complexas relações com as diversas instituições de microcrédito, com seus diversos objetivos, formatos jurídicos, metodologias, público-alvo, mas que no conjunto, se complementariam. Esse conjunto de instituições passaria a disseminar a oferta de microcrédito, cobrindo todas as regiões de maior concentração de beneficiários.

ASSISTÊNCIA AO MICROEMPREENDEDOR

A necessidade de dar suporte técnico-gerencial aos microempreendedores, que recorrem ao microcrédito produtivo para alavancar suas atividades, parece ser um consenso entre os agentes que operam no sistema. A razão para essa necessidade está baseada no perfil dos tomadores, que se caracteriza pelas dificuldades em manejar alguns elementos gerenciais, tais como fluxos de caixa, mercado, *marketing*, custos de produção, etc. No entanto, não existem ainda práticas consolidadas de ações de assistência técnica nas instituições e poucas desenvolvem alguma ação que possa ser caracterizada como assistência pós-crédito.

Dessa forma, o monitoramento dos clientes após a concessão do empréstimo é fundamental para reduzir a inadimplência e acompanhar a sua evolução produtiva. Esse monitoramento deve ser estendido também à gestão do negócio. Como forma de apoio aos microempreendedores locais, a unidade gerenciadora do programa municipal de microcrédito deve se articular com instituições que realizam esse tipo de atividade para se integrarem na implementação de políticas de apoio ao micro e pequeno empreendedor e ao microempreendedor individual (MEI), tal como preconizado no estatuto da Micro e Pequena Empresa (LC 123/2006 e LC 128/2008).



FORMAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO E DE CRÉDITO

As instituições que operam o microcrédito caminham para um consenso em relação ao perfil dos agentes de crédito. Parece ganhar corpo a ideia de que o microcrédito somente terá a dimensão de desenvolvimento e impactará positivamente os indicadores econômicos e sociais nas comunidades, municípios e territórios se estiver inserido num conjunto de políticas mais amplas e complementares.

Nessa lógica, a formação de agentes terá que dotá-los de informações e capacidades que os ajudem a compreender a dinâmica dos modos e razões pelas quais ocorre a formulação dessas políticas, e articular os agentes responsáveis por sua implementação local, de modo a revertê-las em benefício das atividades financiadas. Dessa forma, poderão entender quais as dificuldades de um empreendimento localizado numa comunidade com problemas de infraestrutura (ruas esburacadas, falta de água encanada, energia elétrica, etc.).

Para a aplicação do modelo proposto, a atuação do agente de crédito ganharia nova dimensão. A sua função primordial não seria mais conceder crédito, mas promover o desenvolvimento – dando ao crédito o papel que é inerente aos processos de desenvolvimento.

Assim, a agenda dos agentes não seria mais tomada pela busca de novos clientes, pois estes existiriam em abundância, e sim seria destinada a contribuir para a expansão do empreendedorismo, do microcrédito produtivo e do desenvolvimento local, com metodologias, conteúdos e recursos pedagógicos adequados.

ATUAÇÃO DOS GOVERNOS

Nesse novo formato, a União e o Estado seriam os responsáveis por estimular o desenvolvimento do microcrédito nos municípios, apoiando e financiando iniciativas das Administrações Municipais e de organizações privadas, inclusive do terceiro setor. Dessa forma, o governo não mais promoveria a operacionalização, mas sim elaboraria critérios de concessão, procedimentos de cobranças, formas de assistência ao microempreendedor, metodologias de capacitação de agentes de desenvolvimento e crédito, limites de crédito e produtos financeiros a serem oferecidos pelos municípios e instituições.



CONCLUSÃO

A estabilidade da economia brasileira e o aumento do emprego e da renda da população fizeram crescer a demanda por crédito e propiciaram o desenvolvimento de um mercado de crédito mais amplo, tanto no que diz respeito ao investimento, como também ao consumo. O modelo que permite atender a essa demanda por crédito e que o tornou disponível para um maior número de pessoas é formado por um amplo contingente de instituições, desde as grandes instituições financeiras, de âmbito nacional, até as que atuam localmente, ou em regime de cooperação, como as cooperativas de crédito.

Nesse cenário se inserem as microfinanças, e, mais precisamente, o microcrédito. O microcrédito, desde o seu surgimento, foi oferecido de diversas formas e por várias instituições, tanto públicas como privadas. Em relação ao seu formato, podemos citar a metodologia de concessão individual e a de grupo solidário. Mais recentemente apareceram os bancos comunitários e as moedas sociais.

Essa ampla oferta de microcrédito decorreu também da percepção de que com a maior disponibilidade de empregos, do aumento do salário-mínimo e dos benefícios previdenciários, e do aumento das transferências sociais, a massa salarial estava crescendo de modo consistente e as instituições poderiam confiar em que os tomadores cumpririam os prazos de pagamentos, tornando baixa a inadimplência nesse segmento.

Com a melhoria do emprego e da renda, ocorre a incorporação ao mercado de novas classes sociais antes excluídas do consumo, em especial de bens e serviços, e se estabelece um círculo virtuoso de crescimento da economia: com mais emprego e renda as pessoas podem consumir mais bens e serviços, o que gera a necessidade de investimentos na produção; o que aumenta a oferta de emprego e prestação de serviços, que gera mais renda, que gera mais consumo, o comércio e os serviços se ampliam, sob a perspectiva de que a demanda será mantida e para atendê-la realiza-se mais investimentos na produção, e assim por diante. Os empreendedores, em especial os micro e pequenos, encontram então campo para desenvolver suas vocações e passam a ter mais confiança em contrair empréstimos e a ampliar a oferta de bens e serviços às comunidades.



REFERÊNCIAS

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil, a atuação do Banco Central**. 3. ed. rev. e ampl. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Site corporativo**. Disponível em: <www.bnb.gov.br>.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 130, DE 17 DE ABRIL DE 2009 Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

BRASIL. LEI FEDERAL 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips).

BRASIL. LEI FEDERAL 11.110, de 25 de abril de 2005. Dispões sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). **Análise dos dados consolidados**. Brasília, 2007.

BRUETT, Tillman, SUMMERLIN, Reuben, D'ONOFRIO, Sharon. **Técnicas de gestão microfinanceira**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 2002.

CONCEIÇÃO, Jorge Henrique Muniz da. **Microcrédito com ferramenta de geração de renda e emprego: uma análise de experiências públicas municipais**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape-FGV/RJ), jun. 2005.

CORRÊA, Elizeu Lira. **Panorama do microcrédito produtivo no Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 2010.

CRUVINEL, Elvira. **Seminários temáticos microcrédito produtivo**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, maio 2010.

DODL, Alessandra Von Borowski. **Microfinanças: um desafio socioeconômico**. Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Brasília: Banco Central do Brasil. ano 2, nº 15, fev. 2007.

ESTADO DE SÃO PAULO. DECRETO ESTADUAL 43.283, de 3 de julho de 1998. Regulamenta a Lei 9.533, de 30 de abril de 1997.



ESTADO DE SÃO PAULO. LEI ESTADUAL 9.533, de 30 de abril de 1997. Dispõe sobre o Fundo de Crédito Produtivo Popular do Estado de São Paulo, ou Banco do Povo Paulista.

MONZONI, Mário Prestes. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do crédito popular solidário (São Paulo Confia), no município de São Paulo**. Tese (Doutorado) Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NERI, Marcelo, BARBOZA, André Luiz. **Experimentando o microcrédito**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jan. 2006.

NITCHER, Simeon, GOLDMARK, Lara, FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO. SÃO PAULO CONFIA. **Relatório semestral**. São Paulo/SP, out. 2009.

SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO. BANCO DO POVO PAULISTA. **Relatório operacional 2009**. Disponível em: *Site Institucional*, São Paulo, 2009.

SILVA, Roberto Vilela de Moura, GÓIS, Lúcia Spínola. **As diferentes metodologias de microcrédito no mundo e no Brasil**. São Paulo: Serasa, 2007.

SILVEIRA, Caio Márcio. **Programa de apoio aos pequenos empreendedores: o sistema Ceape**. Pernambuco e Maranhão, 2002.

SOARES, Marden Marques, MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2. ed. rev. e ampl., 2008.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2002.



AUTORIA

Carlos Corrêa Leite – Administrador e economista. Técnico da Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam.

Endereço eletrônico: cleite@sp.gov.br

Eliseu Lira Corrêa – Especialista em Políticas Públicas. Técnico da Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam.

Endereço eletrônico: ecorrea@sp.gov.br



AValiação DE PROJETOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL (PCPR) EM SERGIPE

Ana Cristina Santos Macêdo
Magaly Nunes de Góis
Marcelo Geovane da Cruz
Mayra Mendonça Moraes

RESUMO

O presente artigo aborda uma experiência de avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), em sua segunda fase, vivenciada no estado de Sergipe e denominada de Relatório de Avaliação de Meio Termo (RMT), atendendo demanda do Banco Mundial (BIRD), entidade financiadora do PCPR, além de ser parte das atividades do Plano de Implementação do Projeto (PIP), previsto no Contrato de Empréstimo 7595 – BR, com vistas a: identificar experiências bem sucedidas e problemas de implementação, particularmente às operações de financiamento através dos Conselhos de Desenvolvimento Municipais (Condems) e/ou Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) e organizações e associações comunitárias; avaliar o sucesso dos investimentos financiados através do PCPR II – 2ª Fase em termos de alcance dos objetivos específicos dos subprojetos e a qualidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade dos investimentos; recomendar eventuais modificações na metodologia e no desenho do PCPR II – 2ª Fase e fornecer elementos ao Governo Estadual, em especial a SEPLAN e PRONESE, e Banco Mundial no sentido de reorientar metas e procedimentos; determinar a viabilidade do Projeto e até recomendar a sua expansão. O Projeto de Combate à Pobreza Rural em Sergipe – PCPR II – 2ª fase recebeu a designação do Governo do Estado de Projeto PROSPERAR, sendo uma ação do Governo de Sergipe, com o apoio do Banco Mundial, através do Acordo de Empréstimo 7595-BR, com a finalidade de redução da pobreza no Estado, e que se encontra em sua segunda fase de execução. A presente fase, iniciada no ano de 2009, conta com um montante previsto a ser aplicado de US\$ 27,050,000.00 (BIRD + contrapartida do Estado de Sergipe), tendo como objetivo central a redução da pobreza no Estado de Sergipe, apoiando o Governo no aumento das oportunidades sociais e econômicas, melhorando o acesso à infra-estrutura básica, promovendo ações de sustentabilidade econômica e desenvolvimento social e, conseqüentemente, contribuindo para a melhoria dos indicadores sociais e o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios/comunidades. Dos 75 municípios do Estado de Sergipe o Projeto abrange uma área de 71 municípios, com exceção dos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro que compõem a Região Metropolitana de Aracaju. A referida área apresenta uma extensão territorial de 21.106 km² e uma população de 1.179.428 habitantes. O RMT foi realizado no ano de 2010, cujos dados e informações coletados referentes à execução do Projeto, bem como as interpretações contidas no presente artigo



englobam os resultados dos anos de 2009 e 2010, a metade do período contratual e tiveram por base as informações contidas no Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação (MIS) e a visão dos atores sociais envolvidos na gestão e operacionalização do mesmo, ou seja, das famílias, associações, conselhos e gestores públicos municipais. Apesar de inicialmente ser previsto a realização do RMT por uma consultoria, o mesmo foi realizado por sua Unidade Técnica (UTE), que criou uma Comissão Técnica, composta por seis profissionais com formações diferenciadas (envolvendo assistentes sociais, um economista e um administrador), com a atribuição de definir procedimentos metodológicos para realização da pesquisa de campo. Como previsto nos procedimentos avaliativos do RMT, adotou-se a pesquisa do tipo quantitativa e qualitativa, tendo como universo os 110 subprojetos financiados até 1º de setembro de 2010 e como amostra 17 subprojetos, correspondendo a 15% do universo, distribuído entre os oito territórios identificados no estado, envolvendo 371 pessoas, entre beneficiários associados das associações conventes, beneficiários não associados, não beneficiários, membros das diretorias das associações, conselheiros e membros das equipes gestoras dos conselhos e representantes do poder executivo municipal (prefeitos e assessores). Dentre os 17 subprojetos do PCPR II – 2ª Fase foram selecionados 03 subprojetos para realização de Estudo de Caso. Além dos 17, foram incluídos na amostra 02 subprojetos financiados pelo PCPR II – 1ª Fase, seguindo orientação do BIRD de incluir subprojetos com até 05 anos de financiamento e em funcionamento e completando a pesquisa, foi realizado Estudo de Caso com 3 (três) conselhos municipais, co-gestores do Projeto. Os resultados da pesquisa sugerem que: o PCPR beneficia famílias rurais pobres, aplicando cerca de 80% dos recursos para o financiamentos de subprojetos para as famílias nos 41 municípios com menor IDH do Estado; o projeto tem investido em média US\$ 189.00 per capita; as comunidades e organizações comunitárias têm se mobilizado e organizado para ter acesso ao Projeto; os Conselhos Municipais e sua forma de organização participativa constituem principal razão para a contínua melhora na focalização do Projeto. Aliado aos resultados anteriormente apontados, o PCPR adotou algumas medidas para beneficiar mulheres, populações indígenas e quilombolas. Quase 35% dos beneficiários do PCPR são mulheres e elas estão cada vez mais ativas ao nível das associações comunitárias. Finalmente, verificou-se que o desenvolvimento das comunidades rurais não depende somente de investimentos nas condições materiais, ou seja, do financiamento de subprojetos, sendo imprescindível a implementação de ações que proporcionem a ampliação do capital humano, social, cultural, ambiental, processo que contribuirá para o empoderamento das comunidades e de suas entidades representativas e para o acesso da população aos serviços e recursos públicos, incluindo os do PCPR II – 2ª Fase.

Palavras-chave: Avaliação. Políticas públicas. Participação. Subprojetos. Gestão compartilhada.



1 INTRODUÇÃO

O PCPR II – 2ª fase é uma ação do Estado de Sergipe, voltada para financiar projetos de investimentos comunitários de interesse das comunidades rurais mais pobres do Estado com o objetivo de apoiar o Governo do Estado no aumento das oportunidades sociais e econômicas, melhorando o acesso à infraestrutura básica, social e econômica e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios.

Os recursos necessários para sua operacionalização são oriundos de Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial (BIRD) da ordem de US\$ 20,8 milhões (76,63%) e US\$ 6,3 milhões (23,37%) do Governo do Estado em parceria com organizações e associações comunitárias a título de contrapartida, correspondendo a 10% do valor de cada subprojeto.

O Projeto está presente em 71 dos 75 municípios sergipanos com exceção da capital do estado (Aracaju) e dos municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, que compõem a região metropolitana de Aracaju. A área assistida pelo PCPR apresenta uma extensão territorial de 21.106 km², correspondendo a 96% da extensão do estado e uma população de 1.179.428 habitantes equivalente a 59% da população sergipana. Tem por usuário as comunidades rurais (povoados e aglomerados rurais), selecionadas pelos Conselhos de Desenvolvimento Municipal (CONDEM) que operam com os Subprojetos Comunitários na área de atuação do Projeto, e sedes municipais com população inferior a 7.500 habitantes, dentre estas atendendo prioritariamente subprojetos oriundos de comunidades quilombolas, povos indígenas, grupos mulheres e de jovens.

As comunidades potencialmente beneficiárias devem estar organizadas em organizações e/ou associações comunitárias legalmente constituídas de acordo com os Art. nº 53 a 61 do Código Civil vigente, (Lei nº 10.406 de 10.01.2002) cadastradas e qualificadas junto a PRONESE, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01 de 18 de setembro de 2009¹ para ter acesso aos investimentos do Projeto.

¹ Atualiza o sistema de cadastro de Associações Comunitárias e Organizações Comunitárias na PRONESE, e estabelece procedimentos para emissão do certificado pertinente



Em sua estratégia de implantação e operacionalização está previsto que:

a) o Projeto concentrará 70% dos recursos totais para financiamento de subprojetos nos 41 municípios considerados mais pobres, ou seja, os de IDH $\leq 0,622$ e os 30% restantes nos 30 municípios menos pobre, com IDH $\geq 0,623$ (Anexo 1); b) os conselhos farão quando da implantação do PCPR a identificação das comunidades mais pobres e menos pobres² de seus municípios e no início de cada ano um levantamento de todas as comunidades rurais em suas respectivas áreas de jurisdição, listando-as em ordem decrescente de pobreza e/ou carência (comparação da situação da comunidade em relação às demais do município), concedendo prioridade máxima de atendimento às demandas e subprojetos apresentados pelas comunidades consideradas mais pobres.

O PCPR, assim como toda ação pública, tem condicionalidades de acesso aos recursos e investimentos, tais como: a) ter um Conselho Municipal; b) ter organização e/ou associação Comunitária, legalmente constituída, cadastrada e adimplente junto à administração pública federal, estadual e municipal; c) garantir a contrapartida da comunidade no subprojeto; d) eleger um comitê de controle formado por usuários para cada subprojeto financiado; e) apresentar demanda e/ou subprojeto identificado como prioritário pelas comunidades e adequados à realidade local; f) apresentar subprojetos financiados no valor máximo de US\$ 50.000,00. Frisa-se que em casos específicos, é possível financiar subprojeto com valor superior ao limite, com prévia concordância do Banco Mundial quanto aos méritos técnicos, econômicos, financeiros e sociais dos subprojetos.

O Projeto financia pequenos investimentos (subprojetos comunitários) direcionados a ações de infra-estrutura sócio-produtiva, geração de ocupação e renda e atividades sócio-culturais e ambientais. Em todos os subprojetos devem ser asseguradas às salvaguardas ambientais e sociais e viabilidade técnica, econômica e social, a fim de garantir a sustentabilidade do investimento e o alcance dos objetivos do PCPR e dos propostos nos subprojetos.

A característica singular dos PCPRs é a sua natureza descentralizada, tanto na identificação e execução dos investimentos diretamente pelas comunidades beneficiárias, como nos mecanismos de aprovação das demandas comunitárias, através dos Conselhos de Desenvolvimento Municipais (SEPLAN/PRONESE, 2010).

² Processo de graduação das comunidades.



Neste sentido, a identificação, elaboração, execução e gestão do subprojeto são de responsabilidade das organizações e associações comunitárias e a gestão e o controle social do PCPR é uma atribuição compartilhada entre os conselhos e o Estado, representado pela PRONESE, unidade técnica do mesmo, seguindo a estratégia de descentralização das políticas públicas brasileira, pós Constituição de 1988.

A partir desse contexto, o presente artigo tem a intencionalidade de apresentar os resultados obtidos com a experiência de avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), em sua segunda fase, vivenciada no estado de Sergipe, denominada de Relatório de Avaliação de Meio Termo (RMT), atendendo demanda do Banco Mundial – BIRD, entidade financiadora do PCPR, além de ser parte das atividades do Plano de Implementação do Projeto (PIP), previsto no Contrato de Empréstimo 7595 – BR. Frisa-se que a avaliação do meio termo envolveu três grupos de atores sociais: beneficiários, não beneficiários e diretorias das associações parceiras; CONDEM e/ou CMDS; representantes do poder executivo local, porém privilegiamos nesse trabalho a visão dos que compõem o primeiro grupo, por se constituírem, ao mesmo tempo os sujeitos e protagonistas do PCPR. Com o intuito de dar conta dos objetivos propostos, o trabalho em questão está estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, denominada “**Avaliação de projetos sociais: discussões introdutórias**”, fazemos uma reflexão sobre a avaliação e na segunda, intitulada “**Avaliação de projetos sociais: percepção dos usuários dos subprojetos comunitários sobre o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) em Sergipe**”, apresentamos a visão dos usuários sobre o PCPR.

2 AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS: DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS

Os procedimentos avaliativos para as políticas sociais no Brasil, particularmente os relacionadas ao combate à pobreza e desenvolvimento local, executados pelo Banco Mundial foram redirecionados nos anos 1990, visando o desenvolvimento sustentável, por meio da participação das comunidades locais.

Tais medidas se deram em consonância com as transformações ocorridas no Estado e na economia brasileira, “momento decisivo de reorientação e adesão do Estado brasileiro às políticas de liberalização econômica e reforma do Estado” (VIEIRA, 2007, p. 71).



Assim, ao longo das décadas de 1990 e 2000, a estratégia de desenvolvimento para a região Nordeste utilizada pelo Banco Mundial através de financiamento de programas e projetos voltados para a redução da pobreza, é crescente e mais visível. Neste sentido, os projetos e programas governamentais implantados com financiamento internacional, centram sua estratégia de ação no envolvimento direto da população alvo, usuária direta de suas ações, serviços e recursos, por meio de suas organizações e associações comunitárias, cujas comunidades foram “convidadas” a participarem como protagonista da história, envolvendo-se diretamente, na execução dos subprojetos. Neste momento, as comunidades, através das associações tornaram-se parceiras do Estado recebendo recursos públicos para executar subprojetos, assumindo todos os riscos e responsabilidades pelos sucessos e insucessos dos mesmos.

A crescente participação do Banco Mundial no financiamento de políticas de desenvolvimento voltadas para o Nordeste deixa claro que “o fundamento da política social é econômico, e não social. E, com isso assume a existência de um grupo de pessoas incapaz de se beneficiar desse processo, indivíduos que serão alvo das políticas sociais compensatórias e focalizadas” (TEIXEIRA, 2010, p. 657).

Além disso, sob a lógica da eficiência e da eficácia da aplicação dos recursos públicos, essas políticas focalizadas devem ser acompanhadas pelos gestores e órgão financiador, visando maior racionalidade do gasto público e do rendimento dos recursos aplicados. Assim, tal retórica visa “dissimular a existência de clara negação da dignidade humana em favor dos interesses do capital” (TEIXEIRA, 2010, p.670).

Portanto, longe de ser um instrumento de conquista de garantias sociais, através das informações que a pesquisa avaliativa pode gerar e publicizar sobre os programas e projetos, passa a ser apenas um mecanismo de controle social das políticas públicas pelo Estado e órgãos financeiros, ou seja, a avaliação “ainda é restrita e desenvolvida mais como controle de gastos do que para realimentar os programas em desenvolvimento, embora a pressão dos movimentos organizados da sociedade não esteja ausente desse processo, demandando a transparência na aplicação dos recursos públicos e sua efetividade no sentido de reverter o quadro de pobreza no país” (SILVA, 2008, p.110).



3 AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS: PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SUBPROJETOS COMUNITÁRIOS SOBRE O PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL (PCPR) EM SERGIPE

Considerando o intenso envolvimento da sociedade civil no PCPR, representada pelas associações comunitárias e conselhos, sendo, inclusive, uma condicionalidade de acesso e de operacionalização do Projeto, a pesquisa de campo foi realizada junto às associações e conselhos e em uma perspectiva participativa e qualitativa.

3.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa de campo foi realizada no período de 19 de setembro a 07 de outubro de 2010, para levantamento de dados no campo, utilizou-se como universo os 110 subprojetos financiados até 1º de setembro do ano em curso e uma amostra de 17 subprojetos, correspondendo a 15% do universo. Para definir a amostra consideraram-se os seguintes critérios: contemplar subprojetos de todos os tipos e categorias financiados; subprojetos das áreas I e II; subprojetos de comunidade tradicional e localização dos subprojetos nos oito territórios sergipanos.

Quanto ao tipo, foram selecionados 12 subprojetos produtivos, 05 subprojetos de infraestrutura e 02 sociocultural. No que tange a área, selecionou-se 9 subprojetos da Área I, correspondendo a 10,1% dos 89 subprojetos financiados e 08 da Área II, 34,8% dos 23 subprojetos. Quanto a subprojetos de comunidade tradicional foi selecionado 1 (um), o da comunidade quilombola Pontal do Crioulos (Lagoa dos campinhos), município de Amparo do São Francisco, território Baixo São Francisco e, à localização nos territórios sergipanos contemplaram-se subprojetos presentes nos oito territórios.

Dentre os 17 subprojetos do PCPR II – 2ª Fase foram selecionados 03 subprojetos para realização de Estudo de Caso com base nos critérios: 01 subprojeto de cada tipo financiado; subprojetos em execução e/ou funcionamento; subprojetos com envolvimento dos beneficiários, além de indicação dos coordenadores territoriais, técnicos da equipe técnica de coordenação do PCPR II – 2ª Fase, que assessoram as associações e conselhos: 01 produtivo – Aquisição de Trator e Implementos, comunidade Lagoa dos Porcos, município de Feira Nova, território Médio Sertão; 01 sócio-cultural – Instrumentos musicais, sede municipal do município de Siriri, território Leste Sergipano e 01 de infraestrutura – Abastecimento d'água, comunidade Santa Rita, município de Itabaianinha, território Sul Sergipano.



Além dos 17 subprojetos financiados pelo PCPR II – 2ª Fase foram incluídos na amostra 02 subprojetos financiados pelo PCPR II – 1ª Fase, Construção de Mini Indústria de Confeção, protocolo 488, financiado em 2003, povoado Pedra Branca, município de Laranjeiras, território Grande Aracaju e Aquisição de Máquinas para Indústria de Bordados, protocolo 957, sede, município de Frei Paulo, território Agreste Central, financiado em 2004, seguindo orientação do Banco Mundial de incluir na amostra de pesquisa subprojetos com até 05 anos de financiamento e em funcionamento.

Completando a pesquisa, foi realizado Estudo de Caso com 3 (três) conselhos, os dos municípios de Itabaiana, território Agreste Central; Poço Redondo, território Alto Sertão e Itabaianinha, território Sul Sergipano, selecionados a partir dos critérios: conselho reestruturado; conselho unificado e conselho criado por lei e/ou estatuto. Aliado aos critérios acima, foi considerado o estágio de funcionamento dos conselhos na visão da equipe técnica do PCPR, conforme quadro abaixo.

Os instrumentos de coleta de dados atenderam as recomendações contidas no Termo de Referência do Banco Mundial de agosto de 2010 e foram construídas na perspectiva de colher as percepções das comunidades sobre as ações, serviços, impactos e a sustentabilidade dos subprojetos financiados pelo PCPR II – 1ª e 2ª Fases, aplicados com beneficiários, não beneficiários, diretoria das associações convenentes, representantes do poder executivo local e conselhos, conforme QUADRO Nº 1.

QUADRO Nº 1 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

ATORES	INSTRUMENTOS	METODOLOGIA	Nº DE PESSOAS ENVOLVIDAS
Famílias beneficiadas e não beneficiadas	Questionário com perguntas abertas e fechadas	Entrevista individual	127 ³
Associações (diretoria)	Questionário com perguntas abertas e fechadas	Discussão grupal	140 ⁴
Prefeituras	Questionário com perguntas abertas e fechadas	Entrevista individual	32 ⁵
Estudo de caso subprojeto			
Comunidade	Roteiro de entrevistas (semi-estruturada)	Discussão grupal	32 ⁶
Estudo de caso conselhos			
1. Conselhos	Roteiro de entrevistas (semi-estruturada)	Discussão grupal Entrevista coletiva	72 ⁷

Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

³ Beneficiários e não beneficiários

⁴ Beneficiários, não beneficiários e membros da diretoria da associação

⁵ Prefeitos, presidentes de conselhos e secretários

⁶ Beneficiários, não beneficiários e membros da diretoria da associação

⁷ Conselheiros e equipe gestora



A coleta de dados envolveu 371 pessoas, entre beneficiários associados das associações conventes, beneficiários não associados, não beneficiários, membros das diretorias das associações, conselheiros e membros das equipes gestoras dos conselhos e representantes do poder executivo municipal (prefeitos e assessores). Quanto ao perfil dos sujeitos envolvidos na pesquisa, especificamente, nos 19 subprojetos, verifica-se que:

- a) Das 145 entrevistas realizadas nos 19 subprojetos, incluindo os 03 **Estudos de Casos de Subprojetos** e os 02 financiados pelo PCPR II – 1ª Fase, 105 são beneficiários, isto é, usuários diretos dos serviços ofertados pelos subprojetos, sendo que 05 não são associados; 17 não são beneficiários dos subprojetos e 18 fazem parte das diretorias das associações comunitárias conventes. Frisa-se que as entrevistas realizadas com as associações envolveram 140 pessoas, porém, o dado em discussão, **Situação do entrevistado**, foi considerado somente das pessoas diretamente envolvidas, em especial, da diretoria.
- b) 74 são do sexo masculino, correspondendo a 51%; 55 do sexo feminino, ou seja, 38% e 16 (11%) deixaram de dar essa informação, segundo **Erro! Fonte de referência não encontrada..** A presença maior de entrevistados do sexo masculino, deve-se a concentração de subprojetos produtivos, a exemplo do trator, e de infraestrutura, subprojetos que envolvem mais homens do que mulheres.
- c) A faixa etária varia de 12 a 84 anos, considerando a existência de 01 subprojeto direcionado ao público infante-juvenil (instrumentos musicais) e o grande número de subprojetos produtivo, em especial os de mecanização agrícola que envolvem os agricultores familiares chefes de família, portanto com mais idade. Ressalta-se que nesse quesito houve a abstenção de 43 entrevistados, o que corresponde a 29,7% dos sujeitos envolvidos, conforme demonstra o gráfico a seguir.
- d) 72 são conselheiros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável dos municípios de Poço Redondo, território Alto Sertão; Itabaiana, território Agreste Central e Itabaianinha, território Sul Sergipano, campo empírico dos **Estudos de Caso com conselhos**.



e) 32 são representantes do poder executivo municipal, sendo 14 prefeitos, dos 20 municípios envolvidos no RMT, e os demais 17 são assessores dos prefeitos e/ou representantes do poder público junto aos CONDEMs e/ou CMDS.

Para analisar e interpretar os dados foram utilizados estudos estatísticos (análise quantitativa) e qualitativo (análise das falas), com a finalidade de possibilitar uma análise rica, uma melhor compreensão do objeto estudado e uma articulação entre o concreto (a realidade) e o abstrato (PCPR) momento em que teoria e prática foram articuladas de forma viva e dinâmica. Esses estudos ocorreram em dois momentos: consolidação das entrevistas individuais e coletivas, por categorias e a análise do conteúdo das entrevistas (fala dos entrevistados), e o texto foi estruturado a partir das seguintes categorias:

- Percepção e valoração do PCPR
- Participação comunitária
- Efetividade dos subprojetos
- Acesso e qualidade da assistência técnica
- Papel dos conselhos municipais
- Papel dos prefeitos

Ressalta-se que além das categorias acima detalhadas, o estudo de caso de subprojetos, contemplou uma caracterização das comunidades, de acordo com orientações contidas no Termo de Referência e tendo em vista a necessidade de contextualização da realidade local em que se inserem os referidos estudos. Apesar da avaliação ter contemplado estudo de casos de subprojetos e de conselhos, enfocaremos nesse trabalho os resultados da avaliação junto aos usuários, não usuários e diretorias das associações, conforme enfatizado na introdução.

3.2 Resultados da pesquisa

Percepção e valoração do PCPR/PROSPERAR

Do total de entrevistados da pesquisa de Avaliação do Meio Termo, 116 pessoas (80%) afirmaram que já ouviram falar do PCPR; 28 (19,30%) afirmaram que nunca ouviram falar e apenas 01 (0,7%) não respondeu, conforme gráfico abaixo. Frisa-se que as pessoas, de um modo geral, conhecem a PRONESE, somente quando questionadas sobre o financiamento do subprojeto, afirmam conhecer o PCPR.



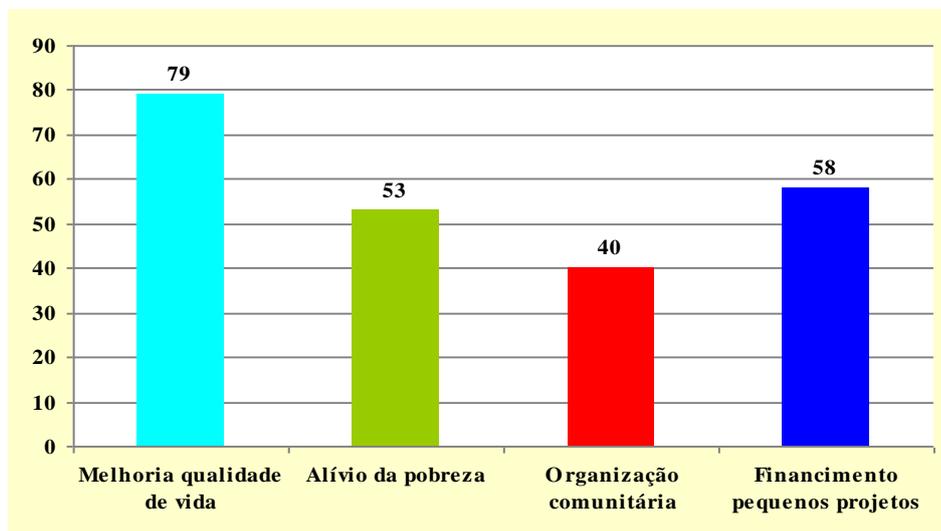
GRÁFICO Nº 1 – PERCEPÇÃO DO PCPR II – 2ª FASE



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

Quanto ao significado do PCPR – 2ª Fase para os beneficiários, a melhoria da qualidade de vida foi o significado mais atribuído ao PCPR, visto que 79 dos 145 entrevistados o apontaram, correspondendo a 54,50% da amostra analisada. Em segundo lugar, com 46% das respostas, aparece financiamento de pequenos projetos. O alívio da pobreza foi afirmado por 53 entrevistados, 36,60% da amostra, seguido de organização da comunidade, 27,60%, de acordo com dados do gráfico abaixo.

GRÁFICO Nº 2 – SIGNIFICADO DO PCPR

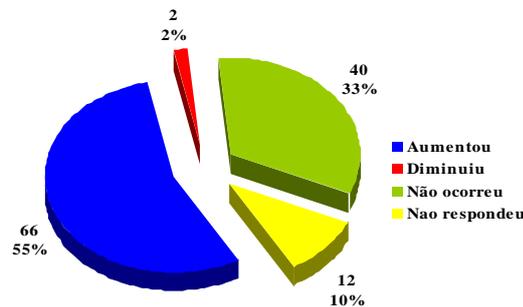


Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

Com relação ao número de financiamentos pelo PCPR II nos últimos dois anos, 66 (55%) pessoas acreditam que o número aumentou; 40 (33%) afirmam que não ocorreu financiamento; para 02 (2%) o número de financiamentos diminuiu; 12 (10%) não souberam responder e 25 (17,2%) não responderam essa questão.



GRÁFICO Nº 3 – NÚMERO DE FINANCIAMENTOS DO PCPR II



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

No que tange aos tipos de projetos financiados, o que os entrevistados mais têm conhecimento foram identificados, por ordem de preferência: abastecimento de água, trator e implementos, casa de farinha, casas populares, passagem molhada, núcleo de inclusão digital, poço artesiano, aquisição de máquinas de bordado, aquisição de matrizes, ovinos, sanitários domiciliares, aquisição de barco, cisternas, fábrica de polpa de frutas, implementos agrícolas, entreposto de pesca, caprinocultura, centro comunitário, centro de múltiplo uso, energia elétrica, kit de irrigação e rede de abastecimento de água.

Quando questionados se **qualquer comunidade ou associação tem acesso ao financiamento do PCPR/PROSPERAR**, a maioria dos entrevistados, ou seja, 58%, que corresponde a 85 pessoas, acreditam que qualquer comunidade ou associação tem acesso ao financiamento do PCPR/PROSPERAR, “por se tratar de um projeto do governo do estado”.

Em contraposição, 30% (43 pessoas) não acreditam que qualquer comunidade e associação podem acessar o financiamento do PCPR II – 2ª Fase em função de fragilidades internas, localizadas nas pessoas e associações, a exemplo de: “As associações são desorganizadas”; “Falta interesse das pessoas para acessar o projeto”; “Não estão preparados”; “Falta interesse das pessoas a frente da associação”; “Falta união da comunidade”, “Falta conhecimento do procedimento”, “Falta conhecimento sobre o Programa” e “Nem todos tem responsabilidade” e externas, que se encontram no âmbito do Estado e da PRONESE, segundo verbalizações: “Continua tudo igual”; “Questões política partidária”; “Às vezes é só promessa”; “A documentação é muita”; “Existe muita burocracia”; “Falta conhecimento e organização”; “Falta orientação para acessar o projeto”.



Ressalta-se que 17 pessoas, ou seja, 12% não responderam essa questão. Um dado que chama atenção é o conhecimento dos entrevistados sobre:

- O protagonismo dos beneficiários e das associações na gestão do PCPR, tanto das diretorias como dos beneficiários, assim como a importância das associações para se ter acesso aos recursos e subprojetos comunitários conforme falas: “Basta correr atrás”; “A comunidade precisa se unir”, “A associação tem que está à frente”, “Tudo depende da associação”, “Depende do interesse da diretoria”, “Depende da organização dos beneficiários”, “Depende do interesse do presidente,” “Tem que ter alguém que tome a frente.”
- As condicionalidades de acesso, traduzidas em cadastramento das associações junto à PRONESE, regularização fiscal das associações, legitimidade das demandas e dos subprojetos, graduação e priorização dos investimentos para as comunidades mais pobres, questões enfatizadas nas falas abaixo:

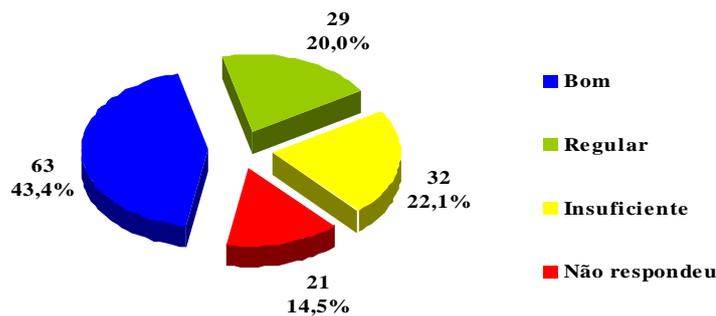
A associação precisa está cadastrada no CONDEM/CMDS.
 A associação precisa está regularizada.
 Depende da situação fiscal da associação.
 Se as demandas forem coletivas.
 Só para as comunidades carentes.
 Precisa está dentro das normas.

No tocante aos subprojetos financiados pelo PCPR/PROSPERAR para as comunidades que compõem a amostra, 42 (29%) afirmaram que foram de trator e implementos agrícolas, seguidos de perfuração de poços, núcleo de inclusão digital, construção de casas, caprinocultura, abastecimento de água, energia elétrica, entrepostos de pesca, fábrica de polpa, implementos agrícolas, recuperação de pomares, sanitários, equipamentos de pesca, aquisição de barco, aquisição de máquinas para bordado, aquisição de matrizes, ovinos, barco e equipamento de pesca, casa de farinha, centro comunitário, centro de costura, cisterna, estrada e fábrica de gelo. A maior incidência de respostas sobre o existência de subprojetos de aquisição de trator e implementos é um reflexo do financiamento de um grande número de trator, visto que, dentre os 110 subprojetos universo da pesquisa, 66 são de aquisição de tratores e 04 de aquisição de implementos agrícolas, complementares e necessários a otimização do uso dos tratores.



No que tange ao número de financiamento de subprojetos para a comunidade comparada a outras comunidades e associações, 43% (63) dos entrevistados acreditam que o número de financiamentos é bom; 20% (29) dos entrevistados consideram regular; 22% (32) consideram o número de financiamentos insuficiente e 15%, 21 pessoas, não souberam responder.

GRÁFICO Nº 4 – NÚMERO DE SUBPROJETOS FINANCIADOS PARA A COMUNIDADE COMPARATIVAMENTE A OUTRAS COMUNIDADES



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

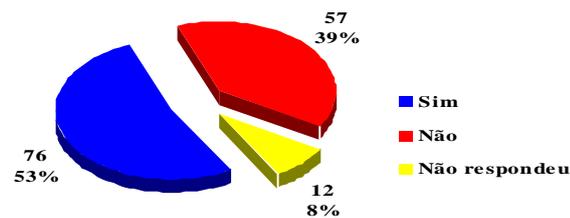
Analisando os números desta questão, é importante ressaltar que a quantidade de pessoas que consideram o número de subprojetos regular (29) e insuficiente (32), associado aos que não responderam (21) é de 82 pessoas (56,6%), bastante superior aos que acreditam que o número de financiamento é bom (63, 43,4%). A percepção dos entrevistados (beneficiários, não beneficiários e diretorias das associações) confirmam os dados do MIS, no que tange a distância entre a meta prevista e alcançada até 30 de setembro de 2010.

Quanto à existência de outros programas ou projetos na comunidade, além do PCPR/PROSPERAR, 76 (53%) entrevistados responderam que existem outros programas em execução na comunidade. Os programas e projetos em execução mais citados se constituem intervenções das políticas sociais de Assistência, Saúde, Habitação, Agrária e Educação, tanto da esfera federal – Bolsa Família; Bolsa Escola; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Pró-leite; Pró-jovem; Fome Zero; Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); Saúde Bucal; Saúde da Mulher; Minha Casa Minha Vida; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como da estadual, sendo o mais citados: Mão Amiga; Horta Comunitária da Secretaria de Estado da



Inclusão, Desenvolvimento e Assistência Social (SEIDES); Casa Nova Vida Nova (construção de casas populares) e Sergipe Alfabetizado, políticas de expressividade dos governos atuais e de interesse da população por possibilitar o acesso aos direitos. Dos entrevistados, 57 (39%) afirmam que não existem outros programas em execução na comunidade e apenas 12 (8%) não responderam.

GRÁFICO Nº 5 – OUTROS PROGRAMAS E PROJETOS EXISTENTES NA COMUNIDADE



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

Na perspectiva de verificar a existência de integração de programas e projetos no âmbito do PCPR/PROSPERAR, conforme previsto no Acordo de Empréstimo e no Manual de Operações (MOP), os entrevistados foram questionados sobre o conhecimento da existência e a forma de atuação dos programas e projetos que compõem a Matriz de Programas e Projetos Integrados – Ano 2009, obtendo-se o diagnóstico a seguir: 139 pessoas, ou seja, 96% da amostra já ouviram falar pelo menos uma vez dos programas e projetos selecionados. Os programas Casa Nova Vida Nova e PRONAF são, igualmente, os mais conhecidos pelos entrevistados, visto que 119 pessoas afirmaram ter conhecimento da existência dos mesmos; seguidos de Sistema de Abastecimento de Água, citado por 98 entrevistados; Água para todos por 89 pessoas; Cisternas, perfuração de poços e aguadas lembrados por 87 entrevistados; Crédito Fundiário por 85 pessoas; Esgotamento Sanitário, de conhecimento de 65 sujeitos da pesquisa; PAA, citado por 59 entrevistados; Programas de Mulheres Assentadas para Projetos Produtivos, conhecido por 45 pessoas; Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), lembrado por 40 entrevistados; Organização de Arranjos Produtivos Locais (APL) de conhecimento de 19 sujeitos; Laudos Antropológicos e Resíduos Sólidos, citados por 18 pessoas. Sendo os dois últimos os menos conhecidos para a amostra analisada. Somente 6 (4%) pessoas nunca ouviram falar de qualquer um dos programas e projetos.



Concluindo as reflexões sobre a percepção e valoração do PCPR/PROSPERAR, segundo os entrevistados, os programas e projetos em execução estão articulados e esta articulação é mediatizada pelo estabelecimento de parcerias entre as secretarias municipais, órgãos públicos estaduais e federais e as comunidades, sendo a Secretaria Municipal de Agricultura a instituição citada como a mais disponível para articulação; da elaboração de projetos e aplicação dos recursos e realização de discussões em reuniões nas associações, conselhos e comunidades, momentos de trocas de informações, conforme verbalizações:

As secretarias em parceria com os órgãos e as comunidades.
 Através da Secretaria da agricultura e associação.
 Através das associações e comunidades.
 Através de associação, órgãos do governo e PRONESE.
 Através de discussões em reuniões.
 Através de parcerias entre os ministérios envolvidos.
 Complementando de forma integrada.
 Na aquisição de frutas na região e facilitando a produção.
 Os conselhos e as associações buscam parcerias.
 Prefeitura compra derivados de leite da comunidade.

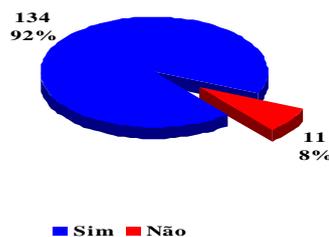
Diferentemente da maioria dos entrevistados, um pequeno grupo sinalizou a existência de dificuldade de articulação e integração visto que os programas e projetos atuam separadamente e de forma pontual, sendo necessário haver mais integração das políticas, segundo falas:

Cada um atua separado.
 Não há integração de programas e projetos.
 Não há integração, são isolados.
 Precisa haver mais integração das políticas e as entidades.

Participação comunitária

No que diz respeito ao tipo de organização existente e/ou com atuação na comunidade, dos 145 entrevistados, 134 afirmaram conhecer organizações que atuam nas comunidades, o que equivale a 92% e, apenas, 11 (8%) desconhecem a existência de organizações com presença nas comunidades.

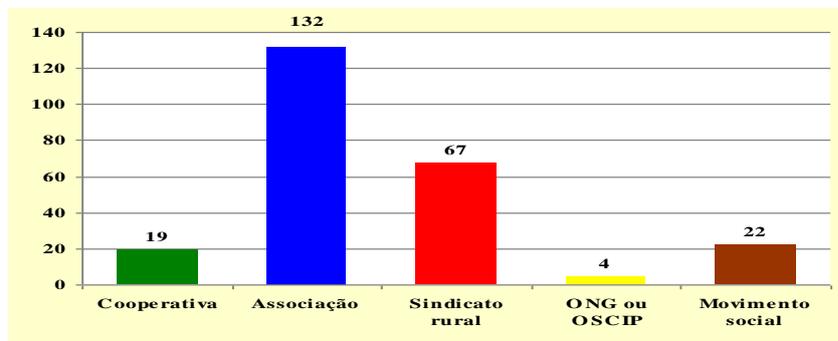
GRÁFICO Nº 6 – ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

A organização associativa com maior presença nas comunidades pesquisadas é a associação comunitária, apontada por 132 pessoas, ou seja, por 91% da amostra, seguida do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), indicado por 67 (46,2%) pessoas e dos movimentos sociais que aparece nas respostas de 22 (15,2%) pessoas. Por outro lado, um pequeno número de entrevistados (19 – 13,19%) informou que existe a atuação de cooperativa nas comunidades, assim como de ONG ou OSCIP, visto que apenas 4 (2,8%) pessoas identificaram a presença e/ou atuação dessas organizações sociais, traço característico da área rural sergipana.

GRÁFICO Nº 7 – ORGANIZAÇÕES EXISTENTES E ATUANDO NA COMUNIDADE



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

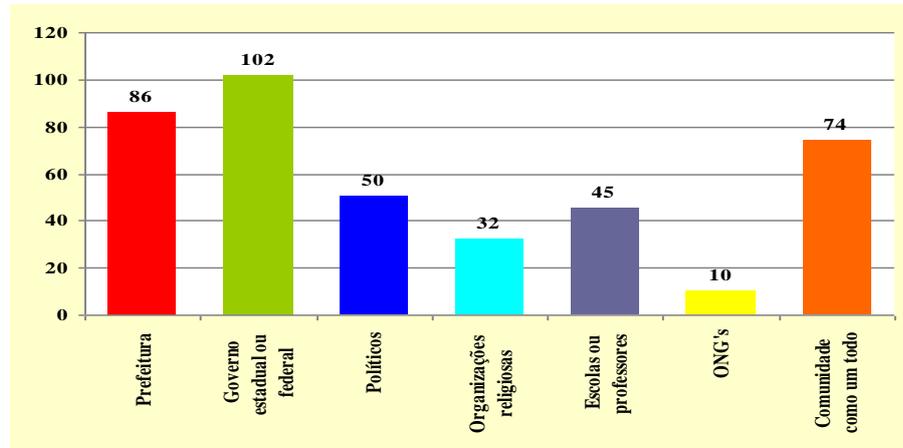
Com relação à existência de outras organizações atuando na comunidade, verificamos a incidência maior dos grupos de idosos e religiosos e da igreja. Vale ressaltar a atuação da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), grupos de jovens, movimentos de mulheres, movimento pastoral, assentamentos, entre outros, em escala de menores ações coletivas.

No que tange a existência de instituições e pessoas que apóiam os trabalhos das comunidades e das organizações locais, 132 (91,0%) afirmaram a presença de instituições e pessoas que efetivamente atuam e/ou os apóiam na solução dos problemas e 13 (9%) acreditam que as comunidades e as organizações locais trabalham sozinhas.

Quando questionados sobre a origem desse apoio, afirmaram que contam, em ordem seqüencial, com a colaboração de: governo federal e estadual (102 – 70,3%), prefeitura (86 – 59,3%), a comunidade como um todo (74 – 51,0%), políticos (50 – 34,5%), escolas e professores (45 – 31,0%), organizações religiosas (32 – 22,1%) e ONGs (10 – 6,9%). A baixa indicação de apoio das ONGs é consequência da pouca presença das mesmas no espaço rural, questão apontada no gráfico abaixo.



GRÁFICO Nº 8 – PESSOAS OU INSTITUIÇÕES QUE AJUDAM OU APOIAM AS ATIVIDADES DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS SEGUNDO ENTREVISTADOS



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

No que tange ao envolvimento das pessoas na resolução dos problemas da comunidade, os entrevistados responderam que:

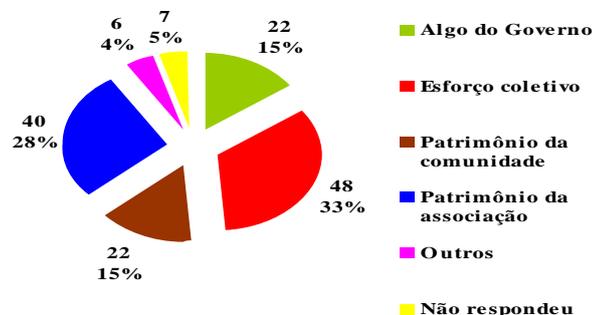
- Quanto ao sexo: a participação ocorre de uma forma intensa entre homens e mulheres, conjuntamente, considerando que 71 (49%) dos 145 entrevistados afirmaram que não há distinção de sexo quando do envolvimento das pessoas na busca de solução para os problemas das comunidades. Em contraposição 34 (23%) responderam que os homens participam mais e 36 (25%) que são as mulheres, portanto, a participação das mulheres se sobressai mais do que a dos homens e segundo os entrevistados isso é decorrente do fato das mulheres “terem mais paciência”; “gostarem mais de ajudar aos outros” e “de se envolverem mais na solução dos problemas das comunidades”. 4 (3%) não responderam essa questão.
- Quanto à idade: 54 (37%) responderam que são de adultos, 53 (37%) que independe da idade; 19 (13%) que são as pessoas de mais idade, os idosos; 16 (11%) que são os jovens e adolescentes e 3 (2%) não respondeu.
- Quanto ao nível educacional: 52 (35%) responderam que a participação independe do nível de instrução; 45 (31%) que há mais participação de pessoas alfabetizadas; 30 (21%) que são as pessoas com ensino fundamental e/ou ensino médio completo; 11 (8%) de

peças analfabetas e 07 (5%) não responderam. Um dado curioso e que merece destaque é que segundo a pesquisa, a participação independe do grau de instrução, visto que tanto as pessoas não alfabetizadas como as alfabetizadas e com maior nível educacional participam das discussões sobre as necessidades coletivas, o que demonstra a soma de esforços e de interesses comuns em defesa de objetivos coletivos e de ideais de vida.

- Quanto à experiência em organizações: 83 (57%) afirmaram que as pessoas filiadas a entidades associativas participam mais, portanto a experiência de participação, representada pela filiação em entidades associativas, é essencial a participação comunitária. Em contraposição para 38 (26%) a participação independe de ser filiado ou não; 13 (9%) acreditam que os não filiados participam mais e 11 (8%) não souberam responder a questão.

No tocante ao significado do subprojeto quando este atende as reais necessidades das comunidades ou do grupo beneficiário, a visão e percepção dos entrevistados é que o mesmo é resultado de um esforço coletivo (48 – 33%); um patrimônio da associação (40 – 28%); um patrimônio da comunidade e algo do governo para 22 (15%) dos entrevistados, respectivamente, 6 (4%) pessoas apontaram outro significados ao subprojeto – algo bom para todos e 7 (5%) não souberam responder.

GRÁFICO Nº 9 – SIGNIFICADO DO SUBPROJETO



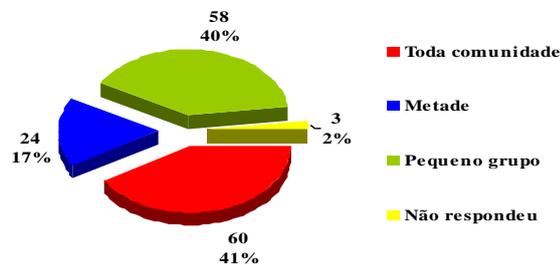
Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo



Efetividade do projeto

No que tange a relação entre o subprojeto financiado e o número de famílias atendidas, 60 (41%) dos entrevistados acreditam que o projeto beneficiou toda a comunidade. Para 58 (40%) pessoas o projeto beneficiou apenas um pequeno grupo, enquanto que para 24 (17%) o projeto beneficiou metade do total de moradores da comunidade; 3 pessoas, ou seja, 2% da amostra analisada não responderam essa questão.

GRÁFICO Nº 10 – NÚMERO DE MORADORES BENEFICIADO COM O SUBPROJETO



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

Ainda com relação às pessoas beneficiadas e/ou atendidas pelo subprojeto, para 82 entrevistados (57%) o subprojeto atende a sócios e não sócios; 31 (21%) afirmam que atende somente a sócios; 19 (13%) disseram que a situação do beneficiário junto a associações não é levada em consideração quando da elaboração do subprojeto; para 08 (6%) entrevistados o subprojeto atende somente a sócios e 5 (3%) pessoas não souberam responder. Frisa-se que o número de pessoas que acreditam que o PCPR/PROSPERAR não leva em conta à vinculação do beneficiário direto a organização e/ou associação comunitária proponente e conveniente é bastante significativa, considerando que 101 (72%) pessoas responderam que o projeto atende as pessoas da comunidade sem distinção.⁸

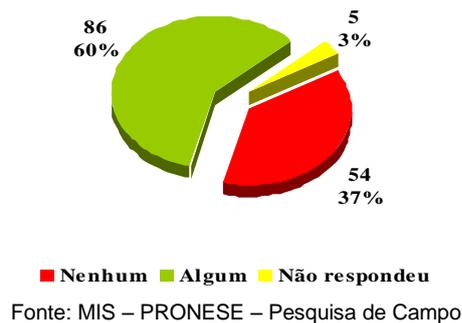
Os principais problemas enfrentados pelas comunidades, por ordem de necessidade, são: abastecimento d'água, energia elétrica, estradas, escolas, casas, ocupação e renda. Vale ressaltar que além destes itens os entrevistados, reclamam a ausência de: assistência médica, postos de saúde e transporte coletivo. Para 86 (60%) entrevistados o financiamento do subprojeto, contribuiu para a superação

⁸ Resultado da soma do número de pessoas que responderam que o projeto atende a sócios e a não sócios (82) e das que afirmaram que quando de definição dos beneficiário isso não é levado em consideração (19).



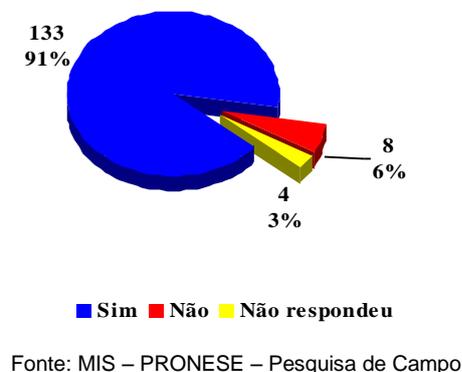
parcial de alguns dos problemas apontados, sendo o abastecimento d' água, a ocupação e renda e casas os mais indicados pelos beneficiários das localidades que foram atendidas com subprojetos dessa natureza, sejam do PCPR II ou da Casa Nova Vida Nova. Para 54 (37%) entrevistados nenhum problema foi resolvida e/ou parcialmente superado e 5 (3%) não respondeu.

GRÁFICO Nº 11 – PROBLEMAS DA COMUNIDADE SUPERADOS PARCIALMENTE APÓS O FINANCIAMENTO DE SUBPROJETOS



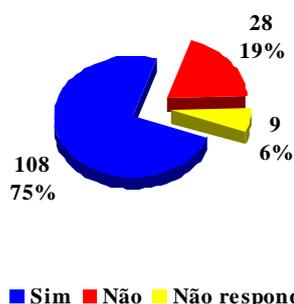
Quanto à melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram nas comunidades, campo empírico da pesquisa, após o financiamento dos subprojetos, 133 (91%) afirmaram que melhorou nos seguintes aspectos: aumento da produção e da área cultivada com a chegada do trator; possibilidade de trabalhar melhor a terra; acesso a água em casa – “a água ter chegado na torneira”; acesso mais fácil ao mercado de trabalho; capacitação para os moradores das comunidades; a aquisição de bens e gerou empregos e renda. Para 8 (6%) a implantação dos subprojetos não interferiu na qualidade de vida e 4 (3%) não respondeu.

GRÁFICO Nº 12 – QUALIDADE DE VIDA APÓS OS FINANCIAMENTOS DE SUBPROJETOS



No que se refere ao projeto ter sido executado pela associação no tempo previsto, 108 (75%) dos 145 entrevistados disseram que sim e 28 (19%) que não e apontam as seguintes razões para o atraso na execução: a associação não estava em dia com a documentação exigida para apresentar projeto; o parcelamento gerou descontinuidade na execução; a burocracia dificultou; problemas de licitação e recebimento do trator após o período de plantio e 9 (6%) não soube responder.

GRÁFICO Nº 13 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SUBPROJETOS



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

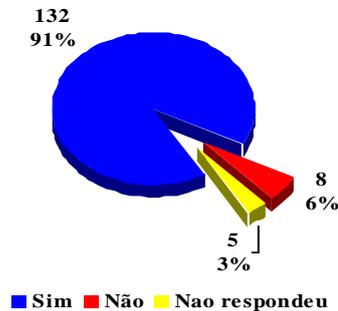
Em relação à forma de liberação das parcelas do financiamento do subprojeto adotada pela PRONESE, 106 (74%) entrevistados disseram ser adequada; já para 21 (14%) pessoas a forma é inadequada. Quando questionados qual seria a melhor forma, se parcela única ou mais de uma parcela, alguns responderam que preferem parcela única, para que os serviços não sejam atrasados e não haja demora na liberação dos recursos e outros afirmaram que em mais de uma parcela, alegando existir mais controle nos gastos. Ressalta-se que alguns entrevistados apontaram que o valor do financiamento é insuficiente e que 18 (12%) não responderam.

Quanto à percepção da importância do envolvimento dos beneficiários na execução dos subprojetos, 132 (93%) dos 145 entrevistados consideram que é importante o envolvimento efetivo dos mesmos, conforme depoimentos:

- Se unido para ficar fortalecido.
- Ajudando com idéias.
- Apoiando o presidente da associação.
- Participando das assembléias.
- Contribuindo financeiramente.
- Fiscalizando e se empenhando para conseguir aprovação do projeto.



GRÁFICO Nº 14 – IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO DOS BENEFICIÁRIOS NA EXECUÇÃO DO SUBPROJETO



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

Para 8 (6%) pessoas não é necessário o envolvimento dos beneficiários e apenas 5 (3%) não responderam.

Quanto ao envolvimento direto dos beneficiários na execução do subprojeto, 116 (80%) pessoas afirmaram que houve envolvimento, de acordo com as verbalizações:

- Discussão coletiva do subprojeto.
- Acompanhando e cobrando a entrega dos equipamentos.
- Ajudando financeiramente no deslocamento do presidente para PRONESE.
- Pagando mensalidade.
- Participando das reuniões.
- Ajudando a lavar e recolocar as telhas.
- A família cavou o buraco da cisterna.
- Ajudando na orientação aos trabalhadores.
- Cavando valas.
- Cobrando a entrega dos equipamentos.
- Cobrando para liberar recursos.
- Correndo atrás e dando opinião.
- De olho no projeto.
- Fiscalizando a obra.
- Limpando terreno, carregando material e água.
- Lutando para conquistar.
- Na compra dos instrumentos.
- Observando e torcendo pelo projeto.
- Opinando e fazendo críticas construtivas.

Para 21 (14%) não houve envolvimento dos beneficiários em função de:

- A comunidade não foi convidada.
- A obra foi por firma contratada.
- Falta conhecimento técnico.
- Falta interesse.
- Não tem conhecimento técnico.
- Não tinha vaga para todos.
- Tudo feito pela coordenação.
- Projeto muito técnico.

8 (6%) dos entrevistados não responderam essa questão.



GRÁFICO Nº 15 – ENVOLVIMENTO DOS BENEFICIÁRIOS NOS SUBPROJETOS



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

No tocante aos resultados gerados nas comunidades com o financiamento do subprojeto, foram apontados os seguintes itens: empregos, negócios, construção de prédios públicos (escola, postos de saúde etc.), aquisição de equipamentos agrícolas, aquisição de eletrodomésticos, melhoria da habitação e aumento de áreas cultivadas. Destaca-se que o aumento da área cultivada foi o mais citado, vindo em seguida, empregos, negócios e por último, ocupação e renda. Além dos itens descritos acima os entrevistados acrescentaram: melhoria da qualidade de vida, abastecimento d'água, ocupação das pessoas em suas terras, conhecimento e formação dos comunitários.

Quanto ao subprojeto estimular a procura de novos financiamentos fora do PCPR/PROSPERAR, dos 145 entrevistados, 101 (69%) disseram que procuraram diversas instituições, tais como: FAFEN, SEBRAE, Casa Operária, Fábrica de Cimento, CODEVASF, CHESF, B. BRASIL, PRONAF, CEF, SENAC com vista a acesso a ações direcionadas a: ampliação de projeto de caprinocultura; apicultura; aquisição de terras; ampliar o entreposto; banda musical, balé e capoeira; casas de farinha; fábrica de arroz; transporte; professores; casas populares; centro de comercialização; estradas; empregos par os jovens; horta comunitárias; inclusão digital; pró-jovem; palma forrageira; crédito rural e irrigação.

Já 27 (19%) pessoas afirmaram que não buscaram novos financiamentos alegando que:

- Falta de informação.
- As pessoas não ligam.
- As pessoas são muito paradas.
- Não conhecemos outros órgãos.
- Não tem conhecimento.
- Ninguém se interessa.



O pessoal se contenta com pouco. O que é oferecido.
 O presidente da associação não foi buscar.
 Pouca necessidade da comunidade.
 Povo desunido.
 Só conhecemos até o momento o PROSPERAR.

Frisa-se que 17 (12%) pessoas não responderam essa questão.

Acesso e qualidade da assistência técnica

Quanto ao acesso e a qualidade da assistência técnica na fase de elaboração do subprojeto, 54 pessoas afirmaram que contou com o apoio de órgãos governamentais; 20 identificaram o apoio de órgãos governamentais associado a recursos próprios; 15 apontaram que contaram apenas com recursos próprios; 4 do técnico Adilson; 14 afirmaram que quando da elaboração do subprojeto contaram com a assessoria de técnicos, presidentes das associações, prefeitura, políticos, conselhos e de firmas contratadas e 38 não souberam responder.

Durante a execução, operação e manutenção dos subprojetos, assim como na elaboração, a maioria contou com o apoio de órgãos governamentais, seguindo de recursos próprios e firma contratada.

Com relação a instituições, programas e projetos que apóiam as ações da comunidade, os mais presentes são: PRONESE por meio do PROSPERAR, sendo o mais citado, seguidos da EMDAGRO, através do PRONAF, CONDEM, prefeitura e sindicato. No que se refere à qualidade dos serviços prestados pelas instituições, programas e projetos citados acima, 104 (72%) entrevistados afirmam que é boa; 19 (13%) como regular e 22 (15%) não souberam responder.

Na impossibilidade de acesso à assistência técnica, 115 (79%) dos entrevistados afirmaram não ter condições de elaborar e executar diretamente o subprojeto, segundo verbalizações:

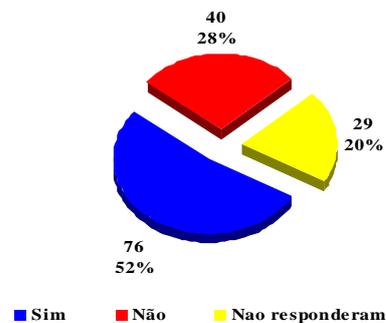
A comunidade não sabe fazer nada sozinha.
 A comunidade tem poucas condições.
 As condições da comunidade são ruins.
 As pessoas não têm capacidade.
 Baixo nível de escolaridade.
 Falta conhecimento técnico.
 Falta de especialista na comunidade.
 Falta de recursos financeiros e humanos.
 Não tem conhecimento e nem sabe fazer prestação de contas.
 Sem apoio é mais difícil conseguir as coisas.

11 (8%) acreditam possuir condições de elaborar e executar o subprojeto sem interveniência de terceiros, conforme depoimentos: “demoraria, mas fazia”, ‘já tem experiência com outro projeto’ e “respeitando a atribuição de cada um e a experiência” e 19 (13%) não respondeu.



Quanto à utilização de algum procedimento para cobrir os gastos com a operação e manutenção dos investimentos, 76 (52%) pessoas disseram que estão adotando e este se dar de diversas maneiras: através de mensalidades dos sócios; cobrando as horas trabalhadas pelo trator; destinando parte das vendas para uma poupança; fazendo bingos; contribuição voluntária e recursos próprios da associação. Para 40 (28%) entrevistados tanto as associações como os beneficiários não estão adotando nenhum procedimento e justificaram que o projeto ainda está em uma fase incipiente e não tem organização para resolver o problema; 29 (20%) dos entrevistados não souberam responder.

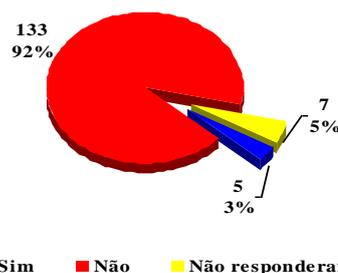
GRÁFICO Nº 16 – ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SUBPROJETOS



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

Quanto ao entendimento sobre impactos gerados ao meio ambiente, após o financiamento do subprojeto, 133 (92%) pessoas afirmam que não houve, uma vez que, “a madeira é legal” e “aração em curva de nível”; 5 (3%) que houve, “porque tudo que se faz afeta o meio ambiente” e 7 (5%) não responderam.

GRÁFICO Nº 17 – IMPACTOS GERADOS AO MEIO AMBIENTE COM A IMPLANTAÇÃO DO SUBPROJETO



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo



Papel dos conselhos

Com relação ao conhecimento da existência do CONDEM e/ou CMDS, 108 (75%) pessoas responderam que já ouviram falar do mesmo, tendo o entendimento de que foi criado com as seguintes atribuições:

- Acessar programas e projetos.
- Ajudas as comunidades.
- Ajudar todas as associações.
- Aprovar projetos para as comunidades.
- Auxiliar as associações na elaboração dos projetos.
- Captar projetos.
- Desenvolver as comunidades carentes.
- Diminuir pobreza através da integração das associações.
- Espaço de discussão sobre o desenvolvimento do município.
- Movimentar as associações.
- Para ajudar o município e o governo.
- Para beneficiar os pequenos.
- Para viabilizar projetos.
- Planejar com as associações.
- Para dar suporte aos projetos.

Dos entrevistados, 35 (24%) afirmaram que nunca tinham ouvido falar do CONDEM e/ou CMDS e 2 (1%) não respondeu.

Quanto às mudanças ocorridas na comunidade / município após a criação do CONDEM e/ou CMDS, foram percebidas pelos entrevistados como:

Trouxe mais desenvolvimento para o município.
 Abriu espaço para discussão para os problemas das comunidades.
 Acesso à informação e orientação para a comunidade.
 Aumentou o número de projetos financiados.
 Facilitou a vinda de projetos de trator e casa de farinha.
 Mais acesso a informações, inclusive sobre o PCPR.
 Mais organização das associações.
 Melhoria de vida e condições de trabalho.
 Melhorou escola, moradia, estradas, luz no campo.
 Mais comunicação entre as comunidades.
 Possibilitou mais participação das comunidades.
 Reativação das associações.
 Serviu para empoderar as comunidades.



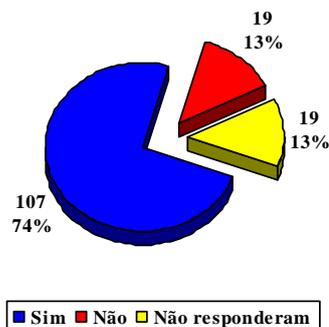
Quanto à forma de trabalho desenvolvido pelo CONDEM e/ou CMDS no município, 76 (53%) entrevistados disseram que é participativa; 09 (6%) disse ser impositiva e 60 (41%) não responderam.

Com relação ao processo de tomada de decisão referente à aprovação das demandas e/ou subprojetos do PCPR/PROSPERAR, os entrevistados responderam, conforme depoimentos:

A comunidade define prioridades, associação leva ao conselho.
 A comunidade se reúne a aprova.
 A partir das necessidades e priorizado-as.
 Através das reuniões com exposição de opiniões.
 Através de reuniões com os conselheiros.
 Através de votação com o CONDEM reunido.
 Dando prioridade para as comunidades mais pobres (gradação).
 Os grupos se reúnem e decidem.
 Pela necessidade da população.
 Seguindo os trâmites legais.
 Visita prévia para aprovação pela PRONESE.

No que se refere à representação das associações nos CONDEM e/ou CMDS, 107 (74%) afirmaram que conhece o representante da associação; 19 (13%) disseram que não conhecem e 19 (13%) não responderam.

GRÁFICO Nº 18 – CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO JUNTO AO CONDEM E/OU CMDS



Fonte: MIS – PRONESE – Pesquisa de Campo

Papel dos prefeitos

Quanto à participação do Prefeito na elaboração, execução e operação dos subprojetos, 71 (51%) pessoas afirmaram que houve participação, de acordo com depoimentos:

Em todos os momentos.
 Ônibus para viagens ou transporte para associados.
 Transporte e acompanhamento do projeto na PRONESE.
 Emissão de certidão e declaração.



Para 58 (42%) entrevistados não há participação dos prefeitos, conforme verbalizações:

Ele nem ajuda e nem participa de reuniões na comunidade.
 Não aparece nas reuniões.
 Não tem apoio da prefeitura.
 Só a associação resolve tudo.
 O prefeito queria usar a comunidade para fins políticos.
 Falta de compromisso do gestor municipal.
 Falta de interesse do gestor municipal.

No que se refere ao que representou para o município o financiamento dos subprojetos, 39 (44%) entrevistados afirmaram que houve economia de recursos; 37 (42%) afirmaram tratar-se de aumento de arrecadação porém, não souberam identificar as razões de tais representações e 12 (14%) dos entrevistados não souberam responder.

4 CONSIDERAÇÕES

O processo de avaliação do PCPR II – 2ª Fase desenvolvido junto aos beneficiários e/ou usuários, não beneficiários e/ou não usuários e às diretorias das associações parceiras revelou que as ações e os investimentos implementados pelo PCPR II – 2ª Fase, tem produzido resultados no plano macro e no micro.

No plano macro:

- A PRONESE é mais conhecida que o PCPR.
- Os conselhos municipais e sua forma de organização participativa têm contribuído para descentralização do PCPR, assim como para a contínua melhoria na focalização do projeto.
- Tem beneficiado famílias rurais pobres, aplicando cerca de 80% dos recursos para o financiamento de subprojetos para as famílias nos 41 municípios com menor IDH do estado e investido em média US\$ 189.00 per capita.
- Os principais resultados obtidos com a intervenção do PCPR são: empregos, negócios, construção de prédios públicos (escola, postos de saúde etc.), aquisição de equipamentos agrícolas, aquisição de eletrodomésticos, melhoria da habitação, aumento de áreas cultivadas, ocupação das pessoas em suas terras e conhecimento e formação dos comunitários.



- O financiamento dos subprojetos tem estimulado as comunidades a procurarem novos financiamentos fora do PCPR/PROSPERAR.
- Os subprojetos representam para os municípios economia de recursos e aumento de arrecadação.
- A PRONESE adotou algumas medidas para beneficiar mulheres, populações indígenas e quilombolas, quase 35% dos beneficiários do PCPR são mulheres e elas estão cada vez mais ativas ao nível das associações comunitárias.
- Existência de outros programas ou projetos na comunidade, além do PCPR/PROSPERAR, constituindo-se os mais citados em intervenções das políticas sociais de assistência, saúde, habitação, agrária e educação, tanto da esfera federal quanto na estadual, evidenciando-se o PCPR como a alternativa para melhoria das condições de vida e fonte de financiamento de projetos comunitários.

No plano micro:

- As comunidades, por meio das associações comunitárias, têm se mobilizado com a intencionalidade de ter acesso aos recursos e serviços do PCPR, configurado, potencialmente, em subprojetos comunitários.
- A demanda comunitária tem se concentrado até hoje em projetos produtivos, notadamente aqueles voltados para aquisição de tratores e implementos agrícolas.
- O PCPR tem o para os beneficiários os seguintes significados: melhoria da qualidade de vida; financiamento de pequenos projetos; alívio da pobreza e organização da comunidade.
- As comunidades contam, quando da busca de solução dos problemas, com o apoio de instituições e pessoas, em especial, de organizações governamentais.
- A participação independe do grau de instrução e da idade, porém a condição de filiação a uma entidade associativa potencializa o processo participativo.
- O acesso aos recursos e serviços do PCPR, ou seja, ao subprojeto é visto como resultado de um esforço coletivo, um patrimônio da associação e da comunidade. Frisa-se que, ainda está presente a visão de que os programas e projetos sociais são “algo do governo” e não direitos.



- O PCPR não considera a condição de filiação dos usuários quando do financiamento do subprojeto.
- Os principais problemas enfrentados pelas comunidades, por ordem de necessidade, são: abastecimento d'água, energia elétrica, estradas, escolas, casas, ocupação e renda, ausência de assistência médica, postos de saúde e transporte coletivo.
- O financiamento do subprojeto contribuiu para a superação parcial de alguns dos problemas apontados, sendo o abastecimento d' água, a ocupação e renda e casas os mais indicados. Ressalta-se que nenhum problema foi totalmente superado.
- Os subprojetos têm sido executados pela associação no tempo previsto.
- As comunidades/associações contam com assistência técnica de órgãos governamentais; de técnicos, dos conselhos e de firmas contratadas.
- As associações e os usuários estão adotando algum procedimento para cobrir os gastos com a operação e manutenção dos subprojetos, a exemplo de: mensalidades dos sócios; cobrança das horas trabalhadas pelo trator; destinação de parte das vendas para uma poupança; fazendo bingos; contribuição voluntária e recursos próprios da associação.
- Os usuários conhecem o CONDEM e/ou CMDS.
- As prefeituras se envolvem na elaboração, execução e operação dos subprojetos, apoiando as comunidades, associações e conselhos.

Enfim, acompanhando a lógica contraditória inerente a sociedade e ao Estado capitalista, os atores sociais envolvidos na avaliação identificaram resultados positivos após a intervenção do PCPR, a exemplo do acesso aos subprojetos e organização das associações e; negativos, ao afirmarem que nenhum problema foi superado com o financiamento e a implantação dos subprojetos. A constatação acima indica que o desenvolvimento das comunidades rurais não depende somente de investimentos nas condições materiais e que é essencial o investimento em ações que possibilitem a ampliação do capital humano, social e natural, a exemplo de capacitação junto ao público beneficiário (famílias, associações, conselhos e equipe técnica); prestação de assessoria técnica; parcerias com organizações governamentais e não governamentais; ampliação do número de subprojetos para comunidades tradicionais, mulheres e jovens.



6 REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **APPRAISAL** – Relatório de Avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural. Brasil, 2001.

BRASIL. **Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Presidência da República – **Lei Orgânica da Assistência (LOAS), nº 8.742, de 07/12/93**, publicada no D.O.U de 11/04/99.

COSTA, Liduína Farias Almeida da. Crescimento e pobreza no Nordeste que se globaliza. In: **Serviço social e Sociedade**, n. 66. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

PRONESE. **Manual de Operações do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR I)** – Anexo Único. Sergipe, 1996.

_____. **Manual de Operações do Projeto de Combate à Pobreza Rural PCPR II – 1ª Fase** – Anexo Único. Sergipe, 2002.

_____. **Relatório de Desempenho das Atividades Desenvolvidas – 1996 a 2000**. Sergipe, 2001.

_____. **Relatório Final do Projeto de Combate à pobreza Rural do Estado de Sergipe – PCPR** – Fevereiro de 2002 a junho de 2006. Sergipe: PRONESE, 2006.

_____. **Manual de Operação do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR II – 2ª Fase**. Sergipe: SEPLAN/PRONESE, 2009.

_____. Cadastro geral das associações. Relação das associações por término de mandato. In: **Sistema informatizado de monitoramento (MIS)**, PRONESE, emitido em 30 de junho de 2010.

_____. **Instrução Normativa nº 01, de 18 de setembro de 2009**. Atualiza o Sistema de Cadastro de Associações Comunitárias e Organizações Comunitárias na PRONESE. Sergipe: SEPLAN/PRONESE, 2009.

_____. **Relatório de Avaliação de Meio Termo – PCPR II – 2ª Fase**. Sergipe: SEPLAN/PRONESE, 2010.



SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. In: **Serviço social e Sociedade**, n. 66. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora; São Luis Maranhão: GAEPP, 2008.

_____. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

TEIXEIRA, Rafael Vieira. Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. In: **Serviço social e Sociedade**, n. 104. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. A pobreza do desenvolvimento no Nordeste: do Polonordeste às políticas de combate à pobreza. In: **Serviço social e Sociedade**, n. 91. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

AUTORIA

Ana Cristina Santos Macêdo – bacharel em Serviço Social, especialista em políticas sociais, técnica da PRONESE, Diretoria de Administração e Finanças/Divisão de Pessoal.
Endereço eletrônico: anacristina.macedo@pronese.se.gov.br

Magaly Nunes de Góis – bacharel em Serviço Social, mestre em Educação, técnica da PRONESE, Diretoria de Operações/Grupo de Trabalho Técnico Social (GTTS), coordenadora de Desenvolvimento Institucional da Unidade Gestora do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR).
Endereço eletrônico: magaly.gois@pronese.se.gov.br

Marcelo Geovane da Cruz – bacharel em economia, coordenador de Monitoria e Avaliação da Unidade Gestora do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR).
Endereço eletrônico: marcelo.cruz@seplan.se.gov.br

Mayra Mendonça Moraes – bacharel em Serviço Social, especialista em políticas sociais, técnica da PRONESE, Diretoria de Operações/Grupo de Trabalho Técnico Social (GTTS).
Endereço eletrônico: mayra.mendonca@pronese.se.gov.br

